

PERR COLINAS DE GRAMAME

PROJETO ESPECIFICO DE RELOCALIZAÇÃO DE POPULAÇÃO E APOIO À REINSTALAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ECONOMICAS

PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
URBANO INTEGRADO E
SUSTENTÁVEL DO
MUNICÍPIO DE
JOÃO PESSOA

VERSÃO PRELIMINAR 2017

Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do município de João Pessoa-

(BR-L 1421)

PROJETO ESPECIFICO DE RELOCALIZAÇÃO DE POPULAÇÃO E APOIO À REINSTALAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ECONOMICAS

PERR COLINAS DE GRAMAME

VERSÃO PRELIMINAR 2017

Este documento está sendo elaborado pela socióloga Marília Scombatti com apoio do arquiteto Caio Silva e Silva e da assistente social Joelma Medeiros e foi entregue em versão preliminar.

Apresentação

O Banco determina, através da OP710 e de suas boas práticas, que toda operação de crédito para projetos envolvendo deslocamento de população deve contar com um plano para tratamento do tema. O mesmo é aplicável para projetos oferecidos em contrapartida. Em atendimento aos requerimentos do Banco com relação ao tema, é apresentado, neste documento, o Projeto Específico de Relocalização de População e apoio à reinstalação de atividades econômicas, do Conjunto Habitacional Colinas de Gramame, batizado com a sigla PEER – COLINAS DR GRAMAME.

No caso de projetos de contrapartida em estado avançado de implantação, a motivação central da elaboração de um PERR é examinar se o processo de preparação, traslado e pós traslado das famílias ocorre em sintonia com as políticas do BID e caso isso não tenha acontecido indica-se um Plano de Ação Corretiva (PAC) cuja complexidade irá variar de acordo com o grau do descompasso observado entre as políticas do Banco e os procedimentos locais utilizados para conduzir o processo.

É oportuno observar que o PERR Colinas de Gramame não segue a estrutura indicada pelo PDRR para elaboração de projetos específicos de

reassentamento, utilizada anteriormente para formatação do PERR- Porto do Capim, um projeto oferecido inicialmente como contrapartida e substituído, posteriormente, pelos três Conjuntos Habitacionais citados. Na época de sua elaboração, o empreendimento habitacional Porto do Capim estava em fase de planejamento o que permitiu influenciar o modelo físico do CH e definir as ações sociais. O mesmo não ocorre com o PERR Colinas de Gramame, em estado avançado de implantação.

O presente documento está organizado em três capítulos O primeiro capítulo, denominado Quadro de Referência, oferece inicialmente uma abordagem sobre segregação social do espaço urbano e o papel de Conjuntos Habitacionais no processo de ocupação de João Pessoa e na sequência, focaliza o Programa Minha Casa Minha Vida, através do qual está sendo construído o Conjunto Habitacional Colinas de Gramame. O segundo capítulo intitulado O Projeto Colinas de Gramame examina ações desenvolvidas no ciclo do processo de relocalização para o projeto. O terceiro capítulo contém as Conclusões sobre a sintonia do processo com relação às diretrizes do Banco apresentando recomendação de ajustes para o aperfeiçoamentos.

Sumário

Capítulo I – Quadro de Referencia

I.	Quadro de Referencia	6
----	----------------------------	---

Capítulo II. O Conjunto Habitacional Colinas de Gramame **Error! Bookmark not defined.**

A.	Localização e entorno.....	16
B.	Descrição do Empreendimento.....	18
C.	Características físico financeiras	20
C.	Observância do Marco Legal	20
E.	Formação da Demanda.....	21
F.	Perfil Socioeconômico da População realocadas para o Bloco	

G.	Trabalho Técnico Social (TTS) no Residencial Colinas de Gramame	22
----	---	----

PTS-P (Projeto Trabalho Social Prévio	Error! Bookmark not defined.
---	-------------------------------------

PTS (Projeto Trabalho Social)	Error! Bookmark not defined.
--------------------------------------	-------------------------------------

PTDST (Diagnóstico Sócio Territorial).....	Error! Bookmark not defined.
--	-------------------------------------

Registro de atividades realizadas.....	Error! Bookmark not defined.
--	-------------------------------------

RESIDENCIAL COLINAS DE GRAMAME XI	Error! Bookmark not defined.
---	-------------------------------------

III. CONCLUSÃO	27
----------------------	----

A.	Sintonia do processo de realocização Projeto Colinas de	
----	---	--

B .Ajustes.....	Error! Bookmark not defined.
-----------------	-------------------------------------

Siglas e Abreviações

ACS – Agente Comunitário de Saúde

Beneficiário – refere-se ao candidato inscrito no cadastro habitacional do Distrito Federal, estado, município ou Entidade Organizadora, selecionado, habilitado pela Caixa e que firma o contrato com a Instituição Financeira ou Agente Financeiro.

Cadin – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal.

CADMUT – Cadastro Nacional de Mutuários.

CADÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

FAR – Fundo de Arrendamento Residencial, criado pela Lei nº 10.188/2011.

FDS – Fundo de Desenvolvimento Social, criado pela Lei nº 8.677/1993

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço,

Mulher Responsável pela unidade familiar: aquela que se reconhece e é reconhecida pela família como a pessoa de referência dessa, podendo ou não ser a provedora econômica.

NIS – Número de Identificação Social.

PMCMV– Programa Minha Casa Minha Vida

ANEXOS

PTSP, PTS e PTDSP elaborados pela SEMHAB

Convenção do Condomínio

Relatórios de Gestão Condominial

Relatório social moradia e população Capadócia

PNHU – Programa Nacional de Habitação Urbana.

PTS – Projeto de Trabalho Técnico Social para as fases anterior e posterior à realocização

PTS –P Projeto de Trabalho Social prévio à realocização de famílias

PTSDS- Projeto Trabalho Técnico Social visando inserção das famílias em serviços do entorno

Rais – Relação Anual de Informações Sociais.

SEM HAB Secretaria Municipal de Habitação

SEM HAB- Secretaria Municipal de Habitação

SEMOB Secretaria Municipal de Obras Públicas

Siaci – Sistema Integrado de Administração da Carteira Imobiliária.

SNH – Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

UH – Unidade (s) habitacional (is).

Relatório Social moradia e população Tijolinho.

Manual do Usuário

Portarias do Ministério das Cidades

I. Quadro de Referencia

A. Evolução da ocupação do território em João Pessoa

A cidade de João Pessoa tem sua origem na Capitania da Paraíba, fundada no século XVI, em 1585. Somente quatro séculos após sua fundação (início do século XX) a cidade passou a se expandir em direção à orla marítima. Até essa época a cidade ficou circunscrita à área entre o Varadouro, local de sua fundação, e a Lagoa dos Irerês, atual Parque Sólton de Lucena.

A convergência de quatro fatores contribuíram para a expansão da cidade de João Pessoa em direção à orla marítima: implantação de um sistema de transportes urbanos, prolongando-se gradualmente em direção à orla marítima; urbanização da Lagoa dos Irerês; abertura da avenida Epitácio Pessoa, ainda hoje o principal corredor que liga o centro da cidade às praias e, a “criação de território edificável” com intervenção nos mangues existentes entre os bairros Tambaú e Bessa.

Até a década de 1960 a expansão da cidade de João Pessoa em direção ao litoral foi condicionada pela construção de casas ocupadas em épocas de veraneio pela classe média alta. Fora dessas épocas a área litorânea da cidade era utilizado por pessoas de baixa renda para a criação de gado e para a atividade pesqueira. A infraestrutura avança em direção aos bairros de Tambaú e de Manaíra, intensificando a valorização dessas áreas.

A partir do momento em que se intensifica a implantação de infraestrutura **tem início o deslocamento da população de baixa renda que utilizava originalmente a área da orla** A população de baixa renda deslocada da região da orla busca territórios para se instalar. Começam as ocupações consideradas irregulares, que passam a ser habitat da população menos favorecida.



Figura 1 ocupações irregulares em João Pessoa

Entre os anos de 1970 e 2000, o processo ganha um outro condicionante: a migração da população do interior da Paraíba para a capital João Pessoa agudizando o processo de concentração de população de baixa renda na periferia da cidade, sem o correspondente atendimento de infraestrutura física, levando uma significativa parcela da população a viver em condições precárias, em cerca de 93 ocupações irregulares, ¹distribuídas nos diversos bairros da cidade de João Pessoa.

Desde os últimos anos da década de 60, a política habitacional instituída pelo poder público para tratamento do assunto esteve alicerçada na produção massiva de grandes conjuntos de moradia, e esse modelo em muito contribuiu nas últimas décadas do século XX, para a periferização de João Pessoa.

A construção de Conjuntos Habitacionais em João Pessoa teve início com a construção do Conjunto Habitacional Castelo Branco, implantado em três etapas: 1969, 1970 e 1974, ao lado do campus universitário, seguido por outros empreendimentos como o Conjunto dos Bancários (1980), o Conjunto Mangabeira e, por fim, mais ao sul, o Conjunto Valentina de Figueiredo (1985). Na porção sul sudoeste, vários outros foram construídos, como o Costa e Silva (1971), o Ernani Sátiro (1977), o José Américo (1978), o Ernesto Geisel (1978), o Cristo Redentor (1981) e o Bairro das Indústrias (1983), todos eles financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), tendo à sua frente o Banco Nacional da Habitação (BNH). Nas décadas posteriores foram instalados, em João Pessoa, xxxxx Conjuntos Habitacionais para receber famílias moradoras em habitações precárias e/ ou em situação de risco, conforme ilustram os dados da tabela a seguir.

Tabela 1 A construção de Conjuntos Habitacionais em João Pessoa no período 1969 a 2017

<i>Anos/Períodos</i>	Nome do Conjunto Habitacional	Quantidade de Unidades Habitacionais	Localização (zona norte, sul, leste, oeste) na cidade de João Pessoa	Instancia Promotora (Prefeitura de João Pessoa ou Estado da Paraíba)
1969- 1983	Conjunto Habitacional Castelo Branco			
	Conjunto dos Bancários			
	Conjunto Mangabeira			
	Conjunto Habitacional Costa e Silva			
	Conjunto Habitacional Ernani Sátiro			

¹ Entende-se como ocupação irregular, aquela que ocupa um lote sem aprovação da Prefeitura e/ou sem o registro do Loteamento junto ao cartório de Registro de Imóveis (C.R.I), podendo a edificação ser ou não em situação de risco. Ocorre em terrenos públicos

ou privados com autoconstrução; bem como em imóveis públicos ou privados abandonados.

	José Américo			
1983- 1990	Conjunto Valentina de Figueiredo (1985)			
1991-2000				
2001- 2016				
<i>Conjuntos Habitacionais promovidos pela SEMNHAB, em construção</i>				

Fonte : SEMHAB 2017. (nota :a dispersão das informações em vários setores de governo dificulta finalização da tabela que estará pronta quando da versão final deste documento)

Após a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, e a partir de 2002, observa-se uma mudança na política habitacional brasileira. As ações governamentais priorizam comunidades precárias e a questão da irregularidade fundiária. Mas a tônica do tratamento continua sendo a transferência da população para Conjuntos Habitacionais.

Nesse cenário é criada em 2006 a Secretaria Municipal de Habitação Social – SEMHAB, tendo como objetivo principal garantir o direito das famílias de baixa

renda a uma moradia digna. Com o suporte da SEMHAB famílias residentes em habitações precárias, tem acesso ao Programa de Habitação de Interesse Social como o Programa de Subsídio a Habitação de Interesse Social (PSH), Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o Programa Minha Casa Minha Vida, iniciado em 2011.

O Programa Minha Casa Minha Vida

Estima-se que atualmente o déficit habitacional no país alcança seis milhões de unidades habitacionais. Considerando atendimento de quatro pessoas por unidade habitacional, o déficit de moradias atinge vinte e quatro milhões de brasileiros. Deste total, cerca de 70% é composto pela demanda por moradia de famílias com renda até três salários mínimos, ou seja, para atendimento habitacional de população de baixa renda é requerida produção de cerca de vinte e quatro milhões de moradias.²

A população de menor ou nenhuma renda (sobrevivendo graças à política de incentivos sociais como bolsa família) desprovida de recursos para aquisição de moradia digna é impelida a morar em áreas desprezadas pelo mercado imobiliário, afastadas dos centros urbanos e carentes de infraestrutura, que trazem o valor da terra compatível com a sua capacidade de pagamento.

Mesmo o direito à habitação sendo garantido pela Constituição do país, o governo brasileiro não consegue produzir e fornecer a quantidade de moradias necessárias para liquidar o déficit.

Sem condições de prover moradia digna para demanda de grande magnitude e sem o interesse de construtores privados em atender essa parcela da população, o Governo Federal lançou, no início de 2009, a Fase I do programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) com o objetivo de facilitar a aquisição de imóveis para a população de baixa renda e também para incentivar a produção de novas unidades habitacionais no país. A segunda fase do programa Minha Casa Minha Vida é iniciada em 2011, como parte do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC2). Com a meta de entregar mais 2 milhões de novas unidades habitacionais. A Fase 3 do MCMV foi iniciada em 2016 com previsão de entregar mais 4,6 milhões de novas unidades habitacionais até o fim desta etapa, em 2018.

² De acordo com a Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional é estruturado por quatro componentes: precariedade habitacional (favelas por exemplo);

A terceira fase do MCMV, iniciada em 2016 pretende atender de quatro faixas de renda familiar

Faixa 1: para famílias com renda mensal de até R\$ 1,8 mil (não houve alteração);

Faixa 1,5: limite de renda mensal passa de R\$ 2.350 para R\$ 2,6 mil;

Faixa 2: limite de renda mensal passa de R\$ 3,6 mil para R\$ 4 mil

Faixa 3: limite de renda mensal passa de R\$ 6,5 mil para R\$ 9 mil.

A origem dos recursos financeiros sustentadores do PMCMV é o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) que recebe recursos transferidos do Orçamento Geral da União (OGU) para viabilizar a construção de unidades habitacionais.

São coadjuvantes na implantação do MCMV os segmentos indicados a seguir.

Ministério das Cidades – Responsável por estabelecer diretrizes, fixar regras e condições, definir a distribuição de recursos entre as Unidades da Federação, além de acompanhar e avaliar o desempenho do programa. Ministério da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão - Em conjunto com o Ministério das Cidades, pode rever anualmente os limites de renda familiar dos beneficiários e, ainda, fixar a remuneração da Caixa pelas atividades exercidas no âmbito do programa.

Caixa Econômica Federal – Instituição financeira responsável pela operacionalização do programa em estados e municípios. Órgãos das administrações direta ou indireta, que aderirem ao programa - Têm sua participação estabelecida por meio de assinatura de um Termo de Adesão com a Caixa. Visa assegurar a sua colaboração nas ações em prol do desenvolvimento de fatores facilitadores à implementação dos projetos, destacando-se a indicação das áreas priorizadas para

coabitação familiar (famílias que dividem uma mesma casa); ônus excessivo com aluguel (locatários); e adensamento excessivo em domicílios ocupados.

implantação dos projetos, isenção de tributos, aporte de recursos, indicação da demanda, indicação de solicitantes para a venda dos empreendimentos e execução do Trabalho Técnico Social junto aos beneficiários dos empreendimentos implantados. Empresas do setor de Construção Civil - Participam na apresentação de propostas e execução de projetos para produção de unidades habitacionais na forma estabelecida pelas normas do programa e realiza a guarda dos imóveis pelo prazo de 60 dias após a conclusão e legalização das unidades habitacionais.

A execução das obras do empreendimento é realizada por construtora contratada pela CAIXA, que se responsabiliza pela entrega dos imóveis concluídos e legalizados. Os imóveis contratados são de propriedade exclusiva do FAR e integram seu patrimônio até que sejam alienados.

De uma maneira muitíssimo simplificada a dinâmica do processo seria : 1) um empreendedor/construtor vai até uma agência da CAIXA e oferece um empreendimento habitacional que ele mesmo construirá. 2) a CAIXA analisa a proposta; 3) Quando a proposta é aceita por haver cumprido com as exigências a mesma é encaminhada para o setor habitacional do município, (no caso de João Pessoa a SEMHAB) a quem cabe selecionar a demanda (os beneficiários) a partir do CADUNICO, e garantir realização do trabalho técnico social.

Nesta perspectiva a seleção da demanda e o trabalho técnico social constituem aspectos decisivos realizados pelos entes locais, como a SEMHAB da PMJP.

Indicação e Seleção de Beneficiários

A indicação e seleção dos beneficiários é feita pelo município através de suas instâncias competentes e deve ser apresentada à Caixa em até oito meses contados da contratação do empreendimento, seguindo critérios nacionais e adicionais de priorização, definidos pelo Ministério das Cidades.

Em 2016, o Governo Federal, através do Ministério das cidades, inicia implantação do Sistema Nacional de Cadastro Habitacional – SNCH,

visando aperfeiçoar o sistema de indicação e seleção dos beneficiários. Nesse sistema estados e municípios enviam os dados de seus cadastros locais para grande banco de dados unificado mantido atualizado pelo Ministério das Cidades.

O SNCH foi criado pela portaria nº 163, de 6 de maio de 2016 e ajustada pela portaria Portaria Nº419 de 24 de Agosto de 2016. (ver portarias em anexo) Entre suas principais contribuições para regular o processo estão os critérios de priorização dos candidatos .

Critérios de Priorização de Candidatos

Para fins de seleção dos candidatos a beneficiários, serão observados, obrigatoriamente, condições de enquadramento e critérios nacionais de priorização, e, ainda, até 3 (três) critérios adicionais adotados pelo ente público.

As condições de enquadramento dos candidatos a beneficiários são: a) renda familiar compatível com a modalidade; a.1) o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família, fornecidos pelo Governo Federal, não compõem a renda familiar. b) não ser proprietário, cessionário ou promitente comprador de imóvel residencial; e c) não ter recebido benefício de natureza habitacional oriundo de recursos orçamentários do município, dos Estados, da União, do FAR, do FDS ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, excetuadas as subvenções ou descontos destinados à aquisição de material de construção para fins de conclusão, ampliação, reforma ou melhoria de unidade habitacional.

3.1.2 Os critérios nacionais são: a) famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas, comprovado por declaração do ente público; b) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, comprovado por auto declaração; e c) famílias de que façam parte pessoa (s) com deficiência, comprovado com a apresentação de atestado médico.

3.1.3 Os critérios adicionais, caso sejam adotados, deverão ser selecionados dentre os a seguir listados: a) famílias que habitam ou trabalham a, no máximo, “x” km de distância do centro do

empreendimento, comprovado com a apresentação de comprovante de residência; b) famílias residentes no município há no mínimo “x” anos, comprovado com a apresentação de comprovante de residência; c) famílias beneficiadas por Bolsa Família ou Benefício de Prestação Continuada (BPC) no âmbito da Política de Assistência Social, comprovado por declaração do ente público; d) famílias que se encontrem em situação de rua e que recebam acompanhamento socioassistencial do Distrito Federal, estado ou município, ou de instituições privadas sem fins lucrativos, com Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e que trabalhem em parceria com o poder público, comprovado por declaração do ente público ou da instituição; e) famílias com filho (s) em idade inferior a 18 (dezoito) anos, comprovado por documento de filiação; f) famílias monoparentais (constituída somente pela mãe, somente pelo pai ou somente por um responsável legal por crianças e adolescentes), comprovado por documento de filiação e documento oficial emitido pela Justiça que comprove a guarda; g) famílias de que façam parte pessoa (s) idosa (s) comprovado por documento oficial que comprove a data de nascimento; h) famílias de que façam parte pessoa(s) com doença crônica incapacitante para o trabalho, comprovado por laudo médico; i) famílias em situação de coabitação involuntária, comprovado por auto declaração do candidato; j) famílias com ônus excessivo de aluguel, comprovado por recibo ou contrato de aluguel e declaração de renda; k) famílias inscritas no cadastro habitacional há mais de “x” anos, desde que posterior a julho de 2009, independente das datas de atualização cadastral, comprovado por protocolo ou similar; l) famílias em atendimento de “aluguel social”, comprovado pelo ente público; m) famílias de que faça parte pessoa atendida por medida protetiva prevista na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), comprovado por cópia da petição inicial do Ministério Público que formaliza a ação penal; 7 n) outros, a serem submetidos previamente à aprovação da Secretaria Nacional de Habitação (SNH).

No mínimo 3% (três por cento) das unidades habitacionais do empreendimento devem ser direcionadas para atendimento de cada um dos seguintes segmentos: a) pessoas idosas, na condição de titulares do benefício habitacional, conforme disposto no inciso I, do art. 38 da Lei nº

10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, na ausência de percentual superior fixado em legislação municipal ou estadual, e b) pessoas com deficiência, conforme disposto no inciso I, do art. 32, da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) ou famílias de que façam parte pessoas com deficiência, na ausência de percentual superior fixado em legislação municipal ou estadual.

Em caso de constar, entre os selecionados, mulheres atendidas por medida protetiva de abrigo, seus dados deverão ser preservados da publicidade na divulgação da relação de beneficiários.

Hierarquização e Seleção dos Candidatos

O processo de seleção e sorteio dos candidatos a beneficiários será realizado, por empreendimento, por meio do SNCH mediante a aplicação dos critérios e procedimentos definidos nesta Portaria.

O processo de seleção e sorteio dos candidatos do empreendimento iniciará quando a obra do empreendimento atingir 50% (cinquenta por cento) de execução.

Será admitida a indicação de famílias provenientes de assentamento(s) irregular (es), em razão de estarem em área de risco; de terem sido desabrigadas; ou por motivos justificados em projetos de regularização fundiária e obras que tenham motivado seu deslocamento involuntário, ficando dispensadas da aplicabilidade dos critérios de priorização de que tratam os itens 3 e 4. Esta indicação está condicionada ao envio ao SNCH, anteriormente à data do sorteio, em arquivo específico, conforme modelo definido no Manual do Usuário.

Consideram-se áreas de risco aquelas que apresentam risco geológico ou de insalubridade, tais como, erosão, solapamento, queda e rolamento de blocos de rocha, eventos de inundação, taludes, barrancos, áreas declivosas, encostas sujeitas a desmoronamento, sob redes elétricas de alta tensão, áreas de segurança de portos, aeroportos, rodovias, ferrovias e lixões, áreas contaminadas ou poluídas, bem como, outras assim definidas pela Defesa Civil.

Ficam dispensados do sorteio os candidatos a beneficiários enquadrados nas seguintes situações: a) Advindas de situação de emergência ou estado de calamidade pública, pela Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, conforme Portaria Interministerial MCidades/Integração Nacional nº 1, de 2013; b) Vinculadas a intervenções no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que demandem reassentamento, sendo as famílias beneficiadas aquelas

O TTS é regulado pela Portaria nº 21, publicada em 22 de janeiro de 2014, Ministério das Cidades. (portaria em anexo)

Em 1996, o Governo Federal revisou a **Política Nacional de Habitação**, evidenciando a questão da participação popular na definição da moradia adequada: *“É essencial considerar, em qualquer política de governo, a participação popular como forma de afirmação da cidadania e também como estratégia de democratização e controle social da gestão pública.* Foi então que a CAIXA instituiu o cargo de Técnico Social. As atividades do Trabalho Social na CAIXA são desenvolvidas por funcionários com formação em Serviço Social, Psicologia, Ciências Sociais, Sociologia, e Ciência Política e Pedagogia, com a finalidade de analisar, acompanhar, orientar, supervisionar e avaliar o Trabalho Social executados pelos entes públicos e privados.

Em João Pessoa a equipe encarregada do TTS é composta por cinco funcionários, que atendem demandas de TTS da (i) **GIGOV – (Gerência de Governo)**; (ii) **dos Programas** de Infraestrutura e saneamento (PAC, FGTS, OGU e Programas Especiais); (iii) da **GIHAB – (Gerência Executiva de Habitação)** e (iv) **de Programas** de Habitação do Governo (MCMV/PNHR, operações de crédito imobiliário).

residentes nas respectivas áreas de intervenção, que tiverem que ser realocadas ou reassentadas; c) Vinculadas a reassentamentos de famílias, indicadas pelo ente público, decorrentes de obras vinculadas à realização dos Jogos Rio 2016; d) Indicados conforme disposto nos subitens 4.7 e 4.8. As famílias descritas nas situações acima deverão ser listadas conforme definido no Manual do Usuário. O Trabalho Técnico Social (TTS) no Programa Minha Casa Minha Vida³

O TTS é regulado pela Portaria nº 21, publicada em 22 de janeiro de 2014, Ministério das Cidades. “A participação da equipe social deve ocorrer nas fases de planejamento, execução e avaliação da intervenção, trabalhando de forma integrada com as demais equipes do projeto” (Portaria 21/2014, MCidades). Operacionalmente as atividades são conduzidas pelo Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. (Portaria e Manual constituem anexos do presente documento), além de Manual Normativo Interno.

A Portaria 21/2014, MCidades. define o Trabalho Social como “Um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando a promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados.”

A responsabilidade de execução do TTS é do agente promotor, podendo ser realizado por administração direta ou ambos (modalidade mista). Deve

³ Texto produzido por assistentes sociais da Caixa João Pessoa. O texto na íntegra é anexo do presente documento.

ser executados nas fases ANTES DAS OBRAS, DURANTE AS OBRAS e PÓS-OBRA;

“O TS deverá observar, obrigatoriamente, quatro eixos, sendo que a ênfase a cada um deverá respeitar as características da área de intervenção e da macro área indicadas no diagnóstico” (Portaria 21/2014, MCidades). Os referidos eixos são: Mobilização, Organização e Fortalecimento Social ; Acompanhamento e Gestão Social da Intervenção *Educação Ambiental e Patrimonial**Desenvolvimento Socioeconômico. O eixo da Gestão condominial e patrimonial, é obrigatório para unidades em condomínio do PMCMV – Recursos FAR e PAC, e poderá ser contemplado no PTS ou executado por empresas licitadas ou credenciadas da CAIXA.

Constituem instrumentais organizadores do TTS quatro documentos que devem ser produzidos pelo ente e enviados para a equipe social da CAIXA: (i) Projeto de Trabalho Social – Preliminar (PTS-P) Projeto de Trabalho Social – (PTS) ; (iii) PDST – Plano de Desenvolvimento Sócio Territorial , e (iv) Relatórios de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social - RATS, apresentados mensalmente e com todos os documentos de registro/sistematização das atividades desenvolvidas: Atas; Listas de presença; Fotos das reuniões/cursos/hora do lanches, palestrantes, etc. , Material didático e de comunicação, convite, certificados, folders, etc e Detalhamento/quantitativos dos materiais/lanches utilizados.

Cada um dos planos e projetos indicados acima possui objetivos e momentos específicos de realização, além de ações particulares, conforme pode ser apreciado no Quadro inserido a seguir.

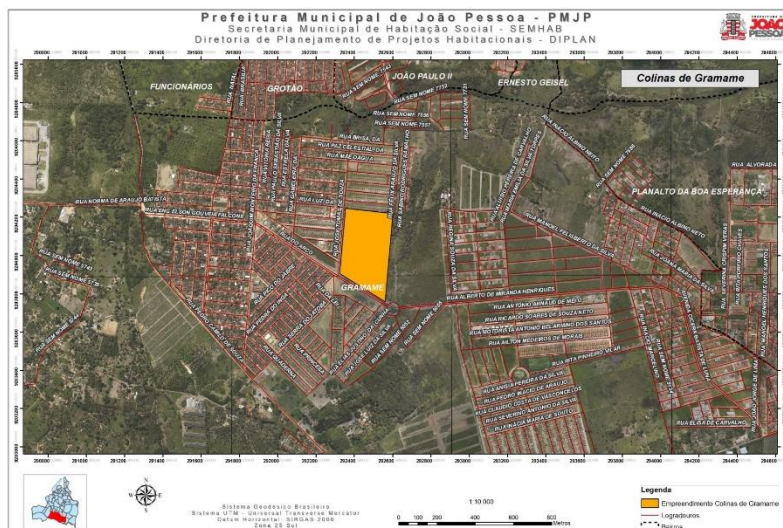
Quadro 1 Instrumentos de Planejamento – PMCMV

<p>PTS-P- Pós-assinatura do convênio TS Objetivo: cadastro e seleção da demanda.</p> <p>REFERÊNCIA: Até 20% dos recursos do TTS.</p>	<p>PTS - Pré-contratual com o beneficiário Objetivo: Executar ações pré-contratual com os beneficiários, bem como o planejamento das ações/articulações para elaboração do PDST.</p> <p>REFERÊNCIA: Até 20% dos recursos do TTS.</p>	<p>PDST - Pós-contratual com o beneficiário/Pós-obra Objetivo: Desenvolver ações que visem à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e a integração territorial dos beneficiários.</p> <p>REFERÊNCIA: Mínimo de 60% dos recursos do TTS.</p>
Deverá ser apresentado em no máximo 4 meses após a notificação pela IF ou até 15% de execução da obra.	Deverá ser apresentado e aprovado em até 12 (doze) meses após assinatura do convênio ou até 65% de obra.	Deverá ser apresentado e aprovado conforme indicado no cronograma do PTS, até no máximo, o final da fase de obras.
Prazo: Da assinatura do convênio TS até a entrega do PTS à IF, com duração de até 12 meses ou até a obra atingir 65% de execução	Prazo: Da aprovação do PTS pela IF até a assinatura do contrato com o beneficiário, devendo ser iniciado no mínimo em 8 meses antes da mudança das famílias ou assinatura dos contratos.	Prazo: A partir da mudança das famílias ou assinatura dos contratos, com duração de até 12 meses
<p>Atividades Básicas</p> <p>a) cadastro, seleção e hierarquização da demanda;</p> <p>b) realização de diagnóstico socioeconômico das famílias selecionadas;</p> <p>c) caracterização da macroárea onde se localiza o empreendimento;</p> <p>d) elaboração do PTS, no qual devem constar as alíneas “b” e “c”.</p>	<p>Atividades Básicas</p> <p>a) repasse aos beneficiários de informações sobre:</p> <p>a.1) o Programa MCMV/FAR, os critérios de participação e as condições contratuais;</p> <p>a.2) os procedimentos para a entrega dos imóveis;</p> <p>a.3) oferta e localização de serviços públicos de educação, saúde, lazer, esporte, segurança pública, assistência social, cultura entre outros, e acompanhamento dos processos de transferência escolar e demais serviços de educação;</p> <p>a.4) acesso às tarifas sociais;</p> <p>a.5) processo de atualização no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico;</p> <p>a.6) noções básicas sobre organização comunitária e as alternativas de representações dos beneficiários;</p>	<p>Atividades Básicas</p> <p>a) instituição ou consolidação das organizações de base, estimulando a criação de organismos representativos dos beneficiários e o desenvolvimento de grupos sociais e de comissões de interesses;</p> <p>b) apoio à formalização de associação de moradores e outras organizações de base, registro do estatuto e outros documentos, quando for o caso, inclusive na modalidade loteamento;</p> <p>c) identificação e capacitação de lideranças e grupos representativos em processos de gestão comunitária;</p> <p>d) criação, reorganização, fortalecimento e formalização de entidades da sociedade civil da macro área que prestem serviços no território, visando à inclusão produtiva, econômica e social das famílias;</p> <p>e) apoio à participação comunitária na pactuação e promoção de atitudes e condutas ligadas ao zelo e ao bom funcionamento dos espaços comuns, equipamentos sociais e comunitários disponibilizados, assim como de normas de convivência, promovendo a participação dos beneficiários;</p>

	<p>a.7) noções básicas sobre organização e planejamento do orçamento familiar, racionalização dos gastos com moradia e especificidades relacionadas ao novo morar;</p> <p>b) acompanhamento do acesso dos beneficiários às tarifas sociais e serviços públicos;</p> <p>c) realização de visitas à obra com os beneficiários ou seus representantes;</p> <p>d) compatibilização das atividades do Trabalho Social, com as desenvolvidas no âmbito da gestão condominial e patrimonial conforme normativo específico;</p> <p>e) elaboração do PDST.</p>	<p>f) estabelecimento de parcerias com os órgãos governamentais e não governamentais;</p> <p>g) capacitações teóricas e práticas sobre organização e planejamento do orçamento familiar, e sobre a racionalização dos gastos com moradia;</p> <p>h) estímulo à promoção de atitudes e condutas sociais vinculadas ao novo morar, articuladas com os conteúdos abordados na gestão condominial, conforme normativo específico</p> <p>i) difusão de noções sobre higiene, saúde e doenças individuais e da coletividade;</p> <p>j) ações socioeducativas relacionadas ao uso racional da água e da energia elétrica, preservação e conservação ambiental, e manejo de resíduos sólidos;</p> <p>k) promoção de campanhas educativas de segurança infantil no imóvel e no empreendimento;</p> <p>l) estímulo à adequada apropriação e uso dos espaços e equipamentos de uso comum;</p> <p>m) encaminhamento dos beneficiários aos serviços de intermediação de mão de obra por meio dos serviços existentes;</p> <p>n) encaminhamento dos beneficiários aos serviços de formação de núcleos associativos de produção e de microcrédito produtivo;</p> <p>o) apoio, articulação ou promoção de atividades de capacitação e requalificação profissional, e encaminhamento ao mercado do trabalho, conforme indicações da pesquisa de vocações e mercado do trabalho, aproveitando as oportunidades proporcionadas por programas e leis existentes, tal qual a Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000);</p> <p>p) articulação com as políticas públicas de educação, saúde, desenvolvimento urbano, assistência social, trabalho, cultura, esporte, meio ambiente, entre outras;</p>
--	---	---

Localização e entorno

Mapa 1 – Localização do Colinas de Gramame na cidade de João Pessoa

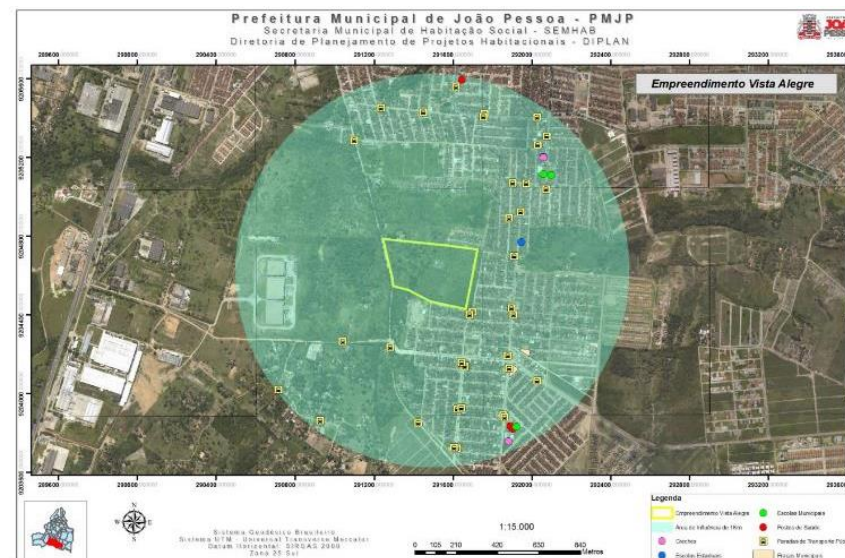


Serviços de Saúde no entorno do Residencial Colinas de Gramame

O levantamento dos serviços de saúde ofertados no entorno do empreendimento contou com avaliação de profissionais que atuam na comunidade, bem como os usuários que acessam os serviços prestados pela rede municipal de Saúde.

Foram realizadas visitas institucionais à Unidade Básica de Saúde - Mudança de Vida situada no bairro Colinas do Sul e Unidade Integrada do Grotão, onde foram apreendidas informações acerca da estrutura sócio organizacional dos serviços de saúde prestados a população. Para isso, foi necessário realizar uma pesquisa de campo de análise quanti-qualitativa

Figura 2 Equipamentos no entorno do Conjunto Colinas de Gramame.



para observar as reais condições de absorção da demanda emergente que residirá no bairro.

O Distrito II informou que os usuários são atendidos por uma equipe multidisciplinar, com os seguintes profissionais: médicos, dentistas, enfermeiros, técnicos de enfermagem e agente comunitários de saúde – ACS. As equipes de Agente Comunitário de Saúde – ACS são compostas por doze (12) profissionais, que por sua vez, acompanha aproximadamente setecentas famílias, com um total aproximado de 8.400 pessoas.

Os serviços ofertados na unidade são: vacinação, marcação de exames, consultas - médicas e odontológicas, além de palestras socioeducativas.

Atualmente as pessoas já trasladadas para o Residencial Colinas de Gramame XI está sendo atendida por uma equipe transitória de saúde composta por 01 médico, 01 enfermeiro, 01 dentista que atendem no Centro de Convivência do próprio residencial.

- **Serviços de educação**

Escola Municipal de Ensino Fundamental Raimundo Nonato Batista

Fundamental I: da educação infantil ao 5º ano M/T (05 a 15 anos);

Fundamental II: do 6º ao 9º ano: (14 a 17 anos)

EJA (Fundamental I e II - noite): (a partir dos 17 anos)

PROJOVEM Urbano (Noite): (18 a 28 anos)

Brasil Alfabetizado (Noite): (maiores de 18 anos)

Escola Estadual de Ensino Médio e Fundamental Linduarte Noronha

Fundamental I (Tarde): da educação infantil ao 5º ano (05 a 15 anos);

Fundamental II (Manhã): do 6º ao 9º ano: (14 a 17 anos).

- **Serviços de assistência social do residencial Colinas de Gramame – CRAS; CREI**

O entorno do empreendimento existe o Centro de Referência da Assistência Social, (CRAS) localizado na Rua S/N- Colinas do Sul. O CRAS realiza inscrição e encaminhamento para o Programa Bolsa Família; desenvolve atividades de parceria para crianças 06 a 14 anos através do Serviço de Convivência Fortalecimento e Vínculo – SCFV anteriormente denominado de PETI, buscando o fortalecimento de vínculos familiares. Outra atividade desenvolvida pelo CRAS está voltada para o grupo de idosos, totalizando 15 participantes. Realiza acompanhamento aos adolescentes de 5 a 17 anos que estão inseridos no Serviço de Fortalecimento e Vínculos – SFV, antigo PROJOVEM Adolescente.

CREI – Maria da Penha Macedo de Melo, localizado na Rua: Antônio Correia da Costa, S/N, Bairro Funcionários IICRECHE – Luzia do Taipa, situada na Rua: Projetada, S/N Conjunto Gervásio Maia Comércios e serviços locais.

No tocante aos comércios e serviços locais, foi constatada in loco a existência de: Farmácias, magazines, loja de materiais de construção e de móveis, casa

lotérica, mercadinhos, borracharia, salão de beleza, igrejas, restaurantes, academia de ginástica e padaria. Os comércios ficam situados num raio de 2 km do CH Colinas de Gramame.

Infraestrutura e Mobilidade urbana que diz respeito aos aspectos que envolvem a infraestrutura, as ruas do entorno do residencial são calçadas e a avenida principal é asfaltada.

Mobilidade

A frota é composta por ônibus adaptados para pessoas com deficiência. De acordo com a SEMOB, o quantitativo de ônibus existente atualmente atende as necessidades da demanda que residem no entorno, sobretudo nos horários de maior fluxo e que o itinerário da frota de ônibus só poderá ser avaliado após a ocupação do Residencial, para que possa ser estudado se há, de fato, a necessidade de aumentar o número de carros ou o número de viagens de cada um que já circula no bairro.

A população discorda e relata que o sistema de transporte público não está atendendo de forma satisfatória a demanda da comunidade, tendo feito vários protestos para obter melhorias, devido à condição precária de funcionamento referente aos horários e a frota.

Quanto a coleta de lixo, o serviço é oferecido três vezes por semana em dias alternados, atendendo a necessidade da comunidade local. (Porém quando todos os 2106 unidades estiverem ocupadas por mais de oito mil pessoas, este aspecto deverá obrigatoriamente ser revisado).

Acerca da mobilidade urbana, as empresas de ônibus responsáveis pelo serviço à comunidade são: Viação Santa Maria e São Jorge, com as linhas de ônibus: 103 e 113 – Gramame, 116 e 2501 Colinas do Sul e 1009. Boa Esperança/Colinas do Sul II.

Segurança

No tocante aos equipamentos voltados para a área da Segurança, foram observados os serviços das Rondas Ostensivas Táticas Motorizadas - ROTAM, localizado na Rua das Rosas S/N, Padre Ibiapina, que funciona como extensão do 5º batalhão, tendo como coordenador o Sargento Evandro. A ROTAM conta com o efetivo de 12 homens, sendo 10 profissionais fazendo ronda com motos no bairro e 02 ficam na base - espaço físico. O serviço disponibiliza de uma viatura de patrulhamento na área para dar suporte nas ocorrências. Os registros das ocorrências são prestados da 8ª Delegacia Distrital, localizado na Avenida Parque Industrial, S/N, Distrito Industrial, que funciona de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 18:00h, e via CIOPE, através do disque denúncia (190). Observamos ainda, de acordo com a ROTAM e alguns moradores da comunidade, uma maior incidência da violência e criminalidade no entorno do residencial, tendo em vista o aumento significativo nos números de assaltos a mão armada, tráfico de drogas e furtos.

Organização Comunitária

Nas proximidades do Residencial, opera uma entidade denominada Associação dos Moradores do Colinas do Sul, presente na comunidade há 30 anos e situada na Rua José Ailton Pessoa Gonçalves, a uma distância aproximada de 280m do empreendimento.

A equipe administrativa é composta por um presidente, um tesoureiro, 1º secretário e um assistente social. De acordo com o presidente da associação, o espaço não se encontra em funcionamento devido à falta de recursos financeiros que remete a inadimplência dos associados, bem como, estrutura física deficitária, necessitando de reformas para o seu pleno funcionamento.

Descrição do Empreendimento Segundo o memorial descritivo do projeto, o Terreno no qual está sendo construído o empreendimento localiza-se na Rua Projetada, no bairro de Gramame, Loteamento Colinas do Sul em João Pessoa – PB, com área de 14.137,65m² (quatorze mil cento e trinta e sete metros quadrados).



Figura 3 Parcelamento do terreno

A área teve seu parcelamento do solo realizado, segundo os novos objetivos da política habitacional da Prefeitura Municipal de João Pessoa, em total harmonia com a legislação pertinente e levando-se em consideração parâmetros de conforto e habitabilidade dos futuros moradores.

A construção do Residencial Colinas de Gramame contribui para a redução do déficit habitacional no município de João Pessoa, oferecendo um total de 432 unidades habitacionais, sendo 404 unidades habitacionais convencionais e 14 unidades habitacionais para Portadores de Necessidades Especiais – PNE, e 14 unidades habitacionais adaptadas para idosos.

Figura 4 Projeto de Implantação do Conjunto no Terreno.



Figura 5 Projeto de Implantação do Conjunto no Terreno.



Todas as unidades habitacionais possuem a mesma área construída (43,25 m²), compreendendo uma sala de estar/jantar, cozinha, área de serviço, banheiro social e dois quartos dispostos de maneira a se conseguir o melhor conforto e funcionalidade.

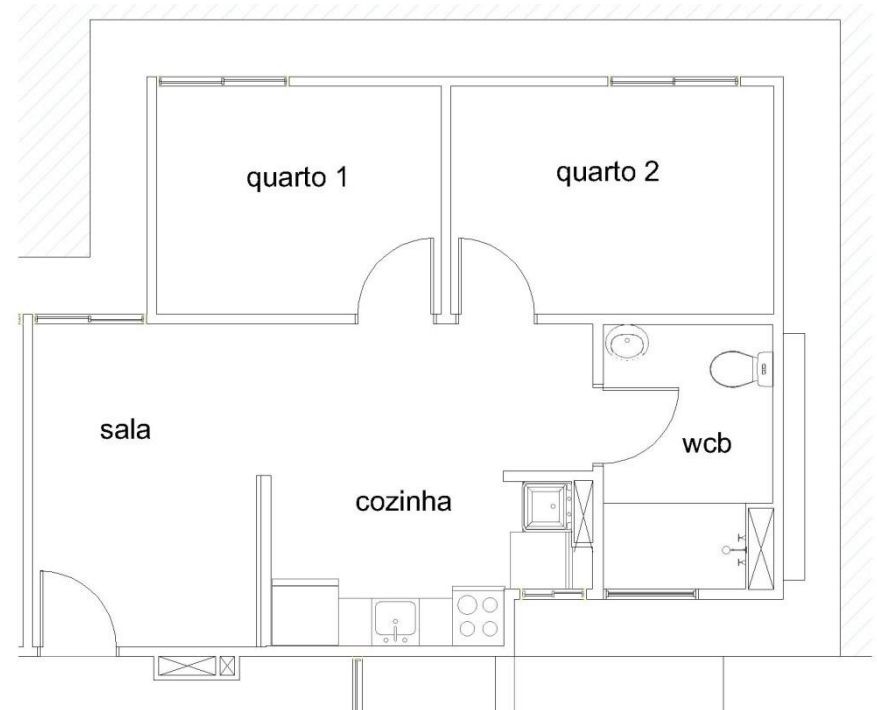


Figura 5 Planta baixa da Tipologia Arquitetônica do CH Colinas de Gramame

C. Características físico financeiras

Dentro do Projeto de Construção do Conjunto Colinas de Gramame, está sendo executada a Construção das 432 UH

PROJETOS DE CONTRAPARTIDA										
Empresa	Bairro	Empreendimento	U.H	Descrição	Recurso	Investidor Financeiro	Valor Federal	Valor de Contrapartida	Valor Total	Prazo de Entrega
LITORAL	Colinas do Sul	Colinas de Gramame (VI e VII)	432 (14 blocos)	Construção de Habitação e Infraestrutura	PMCMV	Caixa Econômica Federal	R\$ 30.334.602,05	R\$ 4.219.460,66	R\$ 34.554.062,71	jun/17

D. Observância do Marco Legal

O Projeto de Construção do Conjunto Colinas de Gramame, está subordinada ao cumprimento de um marco legal em diferentes níveis de governo. O status de cumprimento dos mesmos está especificado no quadro a seguir.

Quadro 2 Observância do Marco Legal

ORGÃO/INSTÂNCIA	EXIGENCIAS LEGAIS	ESTADO DE AVANÇO	PROJETO
MINISTÉRIO DAS CIDADES	PORTARIA Nº 168 MINISTÉRIO DAS CIDADES PARA MCMV	OK	CONJUNTO DE UNIDADES HABITACIONAIS
CAU e CREA	BASENADO-SE, NA COMBINAÇÃO DA LEI 8666/93, ART 30, INCISO I E II, LEI FEDERAL 6.496/77 E NO ARTIGO 3º DA RESOLUÇÃO Nº 425/98 DO CONFEA QUE DETERMINA QUE NENHUMA OBRA OU SERVIÇO SEJA INICIADO, SEM REGISTRO DA ART.	OK	PROJETO E EXECUÇÃO DO CONJUNTO DE UNIDADES HABITACIONAIS COLINAS DE GRAMAME
PMJP / SEMAM	LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO	OK	CONJUNTO DE UNIDADES HABITACIONAIS
PMJP / SEPLAN	ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO	OK	CONJUNTO DE UNIDADES HABITACIONAIS

E. Formação da Demanda

Obedece aos critérios estabelecidos pelo Ministério das Cidades para o PMCMV e pelo ente municipal, no caso a SEMHAB. Esses critérios foram detalhados no capítulo anterior.

Em consonância aos critérios estabelecidos, o Residencial Colinas de Gramame atende demandas de pessoas que se inscrevem no cadastro da SEMHAB e se candidatam a uma unidade habitacional produzida através do PMCMV, e demandas definidas pelo Ministério Público/Defesa Civil de João Pessoa, para atendimento de população em situação de risco.

O Colinas de Gramame abrigará, a partir de maio de 2017, famílias oriundas das ocupações Ricardo Brindeiro. (Lista em anexo). É procedente registrar que famílias retiradas de situação de risco e encaminhadas para conjuntos habitacionais passam a pagar a prestação do imóvel e assumem a taxa de condomínio, energia elétrica e água. (Retirar esse parágrafo)

Os residenciais do Colinas de Gramame VI e VII a demanda está em fase de conclusão da formação, atingindo aproximadamente 67,5 % do total de

432 unidades habitacionais. Sendo o Colinas VI 240 unidades habitacionais e selecionados a candidatos 198 pessoas, sendo 49 famílias da Ocupação Ricardo Brindeiro. Já o Colinas de Gramame VII são 192 unidades habitacionais e selecionados 100 candidatos, todos da demanda espontânea do cadastro Habitacional da SEMHAB. O perfil socioeconômico descrito no próximo capítulo está sendo pautado na demanda já selecionada, sendo possível a conclusão a partir do fechamento da demanda.

Conforme explicado anteriormente neste documento, a demanda começa a ser formada quando o empreendimento (no caso os Blocos) alcança 50% de construção. A partir daí começa o trabalho técnico social, que prossegue até um ano após a entrega do empreendimento. Detalhamento de critérios e procedimentos emitidos pelo Ministério das Cidades para formação, hierarquização da demanda foram explicados no capítulo anterior através da descrição pormenorizada do CNH, no item seleção priorização da demanda.

F. Trabalho Técnico Social (TTS) no Residencial Colinas de Gramame

O TTS Urbanização, da Comunidade Residencial Colinas de Gramame está sendo desenvolvido de forma integrada ao projeto de intervenção física, e partindo da caracterização da população beneficiária sob o monitoramento da CAIXA que avalia cada etapa de execução do TTS mediante a apresentação de relatórios sociais.

Operacionalmente o TTS do Colinas de Gramame é organizado em três documentos básicos, correspondentes cada um deles a uma fase do ciclo do empreendimento, sendo eles : PROJETO DE TRABALHO SOCIAL PRELIMINAR (PTS-P)-O PTS-P é o documento pré obras, contendo a caracterização da área de intervenção, bem como da população beneficiária, da intervenção física e os objetivos do Trabalho Social, visando viabilizar a assinatura do instrumento de repasse/financiamento e subsidiar a elaboração do PTS. (ANEXO);PROJETO DE TRABALHO SOCIAL (PTS);O PTS é o documento que apresenta o diagnóstico da área de intervenção, os objetivos e metas do Trabalho Social e as ações a serem realizadas nas Fases de Obras e Pós-Obra. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOTERRITORIAL (PDST); O PDST é elaborado a partir da consolidação do Trabalho Social em campo, da mobilização comunitária e das articulações intersectoriais efetivadas, visando à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e à integração territorial dos beneficiários.

As macroatividades já realizadas dentro do Trabalho Técnico Social do Projeto Colinas de Gramame foram as seguintes:

- (i) Formação da demanda para as 432 unidades habitacionais, envolvendo cadastramento das famílias em formulário próprio a fim de manter ativo quadro de beneficiários durante todo o projeto. As famílias beneficiárias dos Blocos X e XI estão isentas de concorrer por uma unidade habitacional por serem oriundas de situações de risco.
- (ii) Reuniões informativas sobre o que é o TTS, de forma dinâmica, com participação efetiva da comunidade para levá-la a entender seu papel social na nova dinâmica;
- (iii) Formação de comissão de acompanhamento de obras, e Acompanhamento das obras, pela comunidade, a fim de manter a transparência dentro do processo produtivo, como também incentivar os beneficiários na participação do desenvolvimento do Projeto;
- (iv) Realização de visitas domiciliares nas moradias de origem das famílias com o objetivo de monitorar e abrir um espaço de confiança, para dúvidas, reclamações, sugestões e avaliação do trabalho;
- (v) Articulação institucional entre os diversos órgãos e entidades que atuam ou que podem atuar na área, para potencializar todos os recursos disponíveis;

- (vi) Preparação para criação e gestão de condomínio e estas ações estão sendo realizadas por empresa especializada contratada pela CAIXA (Tem início antes do traslado e prossegue por doze meses após transferência das famílias para novas unidades habitacionais.
- (vii) Apoio ao traslado das famílias da localidade Ricardo Brindeiro para o Residencial Colinas de Gramame

- (viii) Ações de recepção e início de adaptação das famílias;
- (ix) Preparação dos cursos de capacitação. As atividades desenvolvidas foram planejadas no PTS-P , no PTS e no PTDT, projetos de trabalho social apresentados resumidamente a seguir, Em anexo ao presente documento estão os três projetos em sua íntegra.

ETAPAS	MÊS											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
ETAPA 1: Formação do condomínio.	x											
ETAPA 2— 1ª Fase- Implantação e Organização do Condomínio		x										
ETAPA 2: 2ª Fase Implantação e Organização do Condomínio –			x									
ETAPA 2: 3ª Fase Implantação e Organização do Condomínio –				x								
ETAPA 3 – Gestão Condominial e Patrimonial.					x	x	x	x	x	x	x	x

Atividades Pré Traslado

- Visita ao empreendimento para levantamento de informações que subsidiarão a elaboração da previsão orçamentária do Condomínio, preenchendo o relatório de vistoria dos aspectos físicos do empreendimento, conforme modelo CAIXA.
- Realizar, no mínimo, duas reuniões com os beneficiários, com a participação ou não da empresa que executa o Trabalho Social, informando os futuros condôminos sobre os seguintes aspectos:

-

* custo de manutenção e consumo do condomínio em relação ao rateio das despesas entre os condôminos (ordinárias e extraordinárias);

* regramento das obrigações dos condôminos em relação ao Código Civil e outras legislações pertinentes;

* regramento das obrigações do síndico e conselho fiscal em relação ao Código Civil e outras legislações pertinentes, interagindo com o Trabalho Social (TS) na identificação de potenciais lideranças;

* eleição de síndico e conselho fiscal;

* condições de uso e manutenção das unidades habitacionais, considerando a tipologia e o sistema construtivo utilizado, atrelando o bom uso ao menor custo da taxa de condomínio;

* educação financeira voltada às obrigações dos beneficiários com as prestações mensais do financiamento e das taxas de condomínio;

* condições, prazos e requisitos de garantia de obras (vícios aparentes e ocultos);

* condições e requisitos de manutenção preventiva de instalações e equipamentos, informando sobre as responsabilidades da construtora, do condomínio, do beneficiário e do poder público;

* condições e requisitos de seguro obrigatório do condomínio;

* diferenciação entre seguro obrigatório do condomínio, seguro para cobertura de sinistro de danos físicos no imóvel e seguro para cobertura de sinistro por morte ou invalidez permanente.

- Planejar reuniões com a população, indicando (local, horários, convidados, estratégia, aspectos abordados, etc.), Apresentar à CAIXA o relatório das atividades e reuniões realizadas, modelo CAIXA, contendo número de participantes, tempo de duração, principais questionamentos, estratégias utilizadas, resultados obtidos, entidades e autoridades presentes, endereço e telefone do escritório e do representante legal da empresa e outras informações julgadas pertinentes.

Ações Pós Traslado em realização

- Assessorar o síndico na realização da 1ª reunião de condomínio, a ser realizada no máximo até o 45º (quadragésimo quinto) dia após a eleição do síndico e conselho fiscal, contemplando os aspectos determinados no Termo de Referência e outros que entendam importante na ocasião.
- Atuar junto às concessionárias de água e/ou energia elétrica, a partir do 30º dia da entrega das chaves, solicitando o relatório do consumo individual das unidades habitacionais do empreendimento.
- Orientar o síndico e conselho fiscal sobre a necessidade de manter atualizado e vigente o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), conforme requerido pela Legislação Estadual.
- Acompanhar a emissão do CNPJ do condomínio, caso não tenha sido efetivada e atuar proativamente para a finalização dessa demanda.

- Acompanhar a transferência das contas das concessionárias para o CNPJ do condomínio, caso não tenha sido efetivada e atuar proativamente para a finalização dessa demanda.
- Vistoriar a área comum do empreendimento juntamente com o síndico e preencher o relatório de vistoria modelo CAIXA, a fim de verificar o estado de conservação das áreas e equipamentos comuns do condomínio, para prestar as orientações pertinentes às manutenções necessárias de responsabilidade do condomínio, bem como, sobre a ocorrência de vícios de construção de responsabilidade da construtora.
- Realizar reuniões mensais com o síndico e conselho fiscal para tratar da preparação e elaboração da prestação de contas mensal do condomínio, orientando quanto ao controle financeiro como recebimentos, pagamentos, saldos, fluxo de caixa, balanço mensal, agenda de contas a pagar, rateio de despesas e cobrança de inadimplentes.
- Prestar assessoria administrativa, contábil e jurídica na implementação de projetos de interesse do condomínio.
- Disponibilizar para a CAIXA o relatório de consumo de água e/ou energia elétrica para cada unidade do empreendimento, entre o 45º e 60º dia após a entrega das chaves.
- Orientar o síndico a realizar reuniões com grupos de moradores, entre o 60º (sexagésimo) e 70º (septuagésimo) dia após a entrega das chaves, para informar aos condôminos as questões de uso dos equipamentos comuns do empreendimento, manutenções preventivas e corretivas, vícios construtivos e garantia da obra, medidas de segurança e prevenção de acidentes nas áreas comuns do condomínio, participando e prestando assessoramento e esclarecimento de dúvidas relacionadas ao assunto.
- Vistoriar a área comum do empreendimento juntamente com o síndico e preencher o relatório de vistoria modelo CAIXA, a fim de verificar o estado de conservação das áreas e equipamentos comuns do condomínio, para prestar as orientações pertinentes às manutenções necessárias de responsabilidade do condomínio, bem como, sobre a ocorrência de vícios de construção de responsabilidade da construtora.
- Finalizar as demandas referentes à emissão do CNPJ do condomínio, regularidade da abertura da conta do condomínio e transferência das contas das concessionárias para o CNPJ do condomínio, caso ainda tenham pendência.
- Disponibilizar mensalmente à CAIXA relatório de unidades não ocupadas ou ocupadas irregularmente e sempre que solicitado, identificando a necessidade de reformas/manutenções e troca de chaves e relatando as providências adotadas para resolução.
- Realizar reuniões mensais com o síndico e conselho fiscal para tratar da preparação e elaboração da prestação de contas mensal do condomínio, orientando quanto ao controle financeiro como recebimentos, pagamentos, saldos, fluxo de caixa, balanço mensal, agenda de contas a pagar, rateio de despesas e cobrança de inadimplentes.
- Prestar assessoria administrativa, contábil e jurídica na implementação de projetos de interesse do condomínio
- Promover capacitações visando fomentar atitudes voltadas para a conservação e manutenção das unidades habitacionais.
- Informar os condôminos sobre noções de segurança coletiva e de prevenção de acidentes domésticos, com palestras, distribuição de cartilhas e/ou outras formas.

- Receber as reclamações dos moradores sobre problemas nas unidades habitacionais e/ou no condomínio, registrar, selecionar e orientar o encaminhamento ao responsável, de acordo com a natureza do problema.
- Apoiar os beneficiários na identificação, registro formal e encaminhamento de ocorrências de problemas construtivos nas unidades habitacionais conforme previsto pela legislação específica.
- Apresentar à CAIXA, o relatório das atividades realizadas nesta fase com informações sobre: prestação de contas do condomínio, atividade sobre segurança coletiva e de prevenção de acidentes domésticos, obtenção do CNPJ e abertura da conta do condomínio, transferência das contas das concessionárias para o CNPJ do condomínio, dificuldades encontradas, facilitadores da gestão e resultados obtidos, demais aspectos relevantes.
- Assessorar o síndico quanto à necessidade e periodicidade da convocação de assembleias, ordinárias e extraordinárias, orientando quanto as peculiaridades de cada um dos procedimentos.
- Participar das assembleias, ordinárias e extraordinárias, prestando assessoramento e esclarecimento de dúvidas relativas às questões condominiais e patrimoniais.
- Realizar reunião de esclarecimento e informação com o síndico e conselho fiscal sobre a legislação municipal, estadual e federal incidente sobre a gestão de condomínios. Orientar o síndico e conselho fiscal com relação à elaboração de cadastro de moradores, planejamento e condução de assembleias, reuniões, registro de atas, publicação de informativos, sigilo de informações e guarda de documentos do condomínio.
- Realizar reuniões mensais com o síndico e conselho fiscal para tratar de assuntos relativos à gestão do condomínio e preparação da pauta das assembleias.
- Realizar reunião de esclarecimento e informação com o síndico e conselho fiscal sobre a legislação municipal, estadual e federal incidente sobre a gestão de condomínios.
- Orientar o síndico e conselho fiscal com relação à elaboração de cadastro de moradores, planejamento e condução de assembleias, reuniões, registro de atas, publicação de informativos, sigilo de informações e guarda de documentos do condomínio.
- Realizar reuniões mensais com o síndico e conselho fiscal para tratar da preparação e elaboração da prestação de contas mensal do condomínio, orientando quanto ao controle financeiro como recebimentos, pagamentos, saldos, fluxo de caixa, balanço mensal, agenda de contas a pagar, rateio de despesas e cobrança de inadimplentes.
- Realizar com o síndico a verificação periódica (mensal) do estado de conservação das áreas e equipamentos comuns do condomínio, para prestar as orientações pertinentes às manutenções necessárias de responsabilidade do condomínio, bem como, sobre a ocorrência de vícios de construção de responsabilidade da construtora.
- Orientar o síndico a realizar reuniões com grupos de moradores, para informar sobre a adimplência e o custo do condomínio, bem como a manutenção da saúde financeira, estratégias para redução dos custos e formas de obtenção de receitas para o condomínio, abordando implicações legais decorrentes da inadimplência.
- Verificar, acompanhar e, se necessário, providenciar a alteração de titularidade das inscrições municipais para fins de cobrança individual de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e demais taxas, que se encontra em nome do FAR, para o nome do adquirente, bem como da área comum do empreendimento.
- Promover capacitações com síndico e Conselho Fiscal visando fomentar atitudes voltadas para a conservação, manutenção das unidades habitacionais e do Condomínio, com os temas:

Enfrentando a Inadimplência, Direitos e deveres da gestão condominial, despesas e cobranças do condomínio, ética,

empregados do condomínio, assembleias condominiais e legislação atual.

III. CONCLUSÃO

A. Sintonia do processo de realocização Projeto Colinas de Gramame com diretrizes do BID

Diretrizes da OP 710.	Comentarios da consultora sobre sintonia do processo de realocização Colinas de Gramame com a OP 710
<p>“Se tomarán todas las medidas posibles para evitar o reducir al mínimo la necesidad de reasentamiento involuntário”</p>	<p>O programa MCMV foi criado e está operando para atendimento da demanda reprimida por moradias destinada à população de baixa renda.</p> <p>Quatro mecanismos conjugados formam a demanda: (i) pessoas buscam espontaneamente a SEMHAB para se inscrever como candidato à uma unidade habitacional produzida através do MCMV. (ii) Através do orçamento participativo, lideranças de bairros reforçam solicitação de produção de moradias para população de baixa renda. (iii) pessoas em situação de risco buscam através de suas lideranças atendimento da SEMHAB para saírem de áreas de risco; (iv) Lideranças buscam também ajuda no Ministério Público que determina (ou não) a priorização de atendimento para população de risco. Nesta perspectiva é meu entendimento pessoal que o Projeto Colinas de Gramame não causa reassentamento de natureza involuntária. O projeto Colinas de Gramame disponibilizará 2106 moradias, disputadas por uma demanda por habitações populares que atualmente alcança, em João Pessoa, mais de trinta mil famílias.</p>
<p>En el diseño y ejecución del plan de reasentamiento, se tomarán en cuenta los puntos de vista de la población afectada y, cuando sea posible, se establecerán procedimientos voluntarios para determinar qué hogares habrán de ser reubicados. El plan asegurará también que las personas desplazadas tengan acceso a oportunidades de empleo y servicios urbanos equivalentes o mejores.”</p>	<p>Quanto a levar em conta os pontos de vista da população afetada, a solução de moradia é ofertada já desenhada por um empreendedor, com o projeto já localizado em determinado terreno. A pessoa é chamada na SEMHAB para receber o benefício e tem o direito de declinar se não quiser ir para o CH indicado. No caso da população em situação de risco, ela também pode permanecer no aluguel social caso não queira ir para o CH em questão. No caso do Residencial Colinas de Gramame não encontrei nenhum indício de que as famílias realocizadas para o Bloco XI tivessem rejeitado o benefício. Ao contrário, conforme vi durante a Consulta sobre o empreendimento na qual estavam presentes também as famílias contempladas para o Residencial XI, todos querem ir para o Residencial o mais rápido possível (Ver Dossiê da Consulta).</p>

<p>Cuando el desplazamiento sea inevitable, se deberá preparar un plan de reasentamiento que asegure que las personas afectadas serán indemnizadas y rehabilitadas de manera equitativa y adecuada. La indemnización y la rehabilitación son consideradas equitativas y adecuadas cuando aseguren que, en el plazo más breve posible, las poblaciones reasentadas y las receptoras: lograrán unos estándares mínimos de vida y acceso a tierra, recursos naturales y servicios (tales como agua potable, saneamiento, infraestructura comunitaria, titulación de tierras) que sean, como mínimo, equivalentes a lo que tenían anteriormente</p>	<p>Para receber recursos da CAIXA dentro do PMCMV, é necessário apresentar proposta de trabalho técnico social, conforme descrito nos capítulos 1 e no CAPÍTULO 2 deste documento. Assim, entendo que os (i) Projeto de Trabalho Social – Preliminar (PTS-P); (ii) Projeto de Trabalho Social – (PTS) e, ; (iii) PDST – Plano de Desenvolvimento Sócio Territorial compõem um Plano de Reassentamento tal como requerido pelo Banco.</p> <p>Referente à garantir que a população reassentada receberá melhores condições de vida, entendo que comprova essa garantia o exposto no capítulo xxxx, no item Perfil Socioeconômico dos beneficiários – condições do habitat em área de origem, bem como a descrição do empreendimento com fotos indicando as novas moradias. (ii) recobrarán todas las pérdidas causadas por dificultades transitórias. Após revisar cuidadosamente as condições de vida nas moradias originais, ficou evidenciado, para mim, que as famílias realocadas das ocupações Tijolinho e Capadócia para o Residencial Colinas de Gramame nada perderam, a não ser uma situação literalmente miserável de vida que tinham anteriormente ao traslado. Ao contrário, ganharam condições excepcionalmente superiores daquelas que tinham anteriormente em termos de habitat e moradia, conforme demonstrado no capítulo xxxxxxx deste documento (iii) experimentarán un mínimo desmantelamiento de sus redes sociales, oportunidades de trabajo o producción y del acceso a recursos naturales y servicios públicos. Em sua área de origem, populações trasladadas para o Blocos XI tinham originalmente como rede social um emaranhado de atores ligados ao tráfego de drogas e outras contravenções. Havia uma “rede interna”, entre os vizinhos que não foi quebrada pois uma vez que todas as pessoas das localidades Tijolinho e Capadócia foram transferidas, juntas, para o Colinas de Gramame. y iv) dispondrán de oportunidades para el desarrollo social y económico. Pelos levantamentos que realizei, tive oportunidade de observar várias ações desenvolvidas pelo trabalho técnico social, vinculadas ao tema, tais como As ações pós traslado sobre geração de renda, apoio à inserção no mercado de trabalho; apoio à redução da violência com implantação de um posto de polícia comunitária dentro do conjunto, entre outros.</p>
<p>Reasentamiento Temporal. Cuando un proyecto requiera la reubicación temporal de personas, las actividades de reasentamiento estarán sujetas a consideraciones y criterios que sean congruentes con esta política y, a la vez, se tomará en cuenta la naturaleza temporal del desplazamiento. El objetivo continúa siendo reducir al mínimo la perturbación de la población afectada. Se dedicará especial atención a evitar los impactos negativos e irreversibles (tales como la pérdida permanente de empleo), a la prestación de servicios temporales adecuados y, cuando sea apropiado, a la indemnización por dificultades causadas por la transición.</p>	<p>O Projeto Colinas de Gramame não utilizou mecanismos de reassentamento temporário, como por exemplo o aluguel social.</p>

<p>El plan asegurará también que las personas desplazadas tengan acceso a oportunidades de empleo y servicios urbanos equivalentes o mejores.”</p>	<p>O cadastro socioeconômico realizado na fase pré traslado com pessoas beneficiadas pelo Projeto Colinas de Gramame – Bloco XI (originários das localidades Capadócia e Tijolinho) e Bloco X (a ser entregue em final de Maio, para famílias incritas no cadastro da SEMHAB provenientes das localidades do Arame e xxxxx) indica que : (i) 74% dos chefes de família conseguem sobreviver com renda de até um salário mínimo e que 20% declararam não possuir nenhuma renda, sobrevivendo com apoio de programas sociais. Consta do TTS o desenvolvimento de ações para formação e/ou expansão da renda; educação financeira para manejo do orçamento familiar frente aos novos gastos condominiais (populações em risco não pagam nada pela nova moradia), entre outros relacionados ao tema. Quanto a serviços urbanos, serão bastante superiores aos que a população Capadócia e Tijolinho tinham acesso em área de origem. (ver capítulo descrevendo o empreendimento e seu entorno)</p>
<p>La indemnización y la rehabilitación son consideradas equitativas y adecuadas cuando aseguren que, en el plazo más breve posible, las poblaciones reasentadas y las receptoras: i) lograrán unos estándares mínimos de vida y acceso a tierra, recursos naturales y servicios (tales como agua potable, saneamiento, infraestructura comunitaria, titulación de tierras) que sean, como mínimo, equivalentes a lo que tenían anteriormente; ii) recobrarán todas las pérdidas causadas por dificultades transitorias; iii) experimentarán un mínimo desmantelamiento de sus redes sociales, oportunidades de trabajo o producción y del acceso a recursos naturales y servicios públicos; y iv) dispondrán de oportunidades para el desarrollo social y económico.</p>	<p>A “ indenização e reabilitação corresponde, no projeto Colinas de Gramame, a uma substituição de moradia precária por uma moradia digna. Quanto à garantia que a população beneficiaria do Projeto Colinas de Gramame receberá melhores condições de vida, Ver capítulo xxxx , no item Perfil Socioeconômico dos beneficiários – condições do habitat em área de origem, bem como a descrição do empreendimento com fotos indicando a moradia no CH. (ii) recobrarán todas las pérdidas causadas por dificultades transitorias. No caso dos CH construídos pelo PMCMV, dificuldades transitórias podem emergir em duas situações : (i) quando é usado o aluguel social para retirar de imediato famílias em situação de risco. Neste caso, podem ocorrer dificuldades de manter empregos, nos casos em que a família não consegue uma casa para morar próxima ao local onde vivia originalmente. No caso do CH Colinas de Gramame- Bloco XI- as famílias foram transferidas diretamente de seus locais de origem para o CH, não ocorrendo portanto nenhuma perda por fase transitória. (ii) quando a espera pela moradia se estende por vários anos, causando descuido e stress social. Isso não aconteceu com as famílias que já foram trasladadas para o Bloco XI, em função da celeridade do processo por intermediação da SEMHAB/ Ministerio Publico /Defesa Civil que acudiram a situação de risco em que viviam anteriormente. Para os demais Blocos, acredito que isso não ocorrerá pois o tempo de inscrição no cadastro da SEMHAB é uma das variáveis consideradas para atendimento. (iii) Em sua área de origem, populações trasladadas para o Blocos XI conviviam originalmente em um contexto externo composto por atores ligados ao trafego de drogas e outras contravenções. A “rede social interna”, entre os vizinhos não foi quebrada uma vez que todas as pessoas das localidades Tijolinho e Capadócia foram transferidas, juntas, para o Colinas de Gramame. (iv) Nos exames que realizei, constatei várias ações desenvolvidas pelo trabalho técnico social, facilitadoras do desenvolvimento socioeconômico. Consta do TTS, fase pós ocupação, o desenvolvimento de ações para formação e/ou expansão da renda, sobre geração de renda , apoio à inserção no mercado de trabalho; apoio à redução da violência com implantação de um posto de polícia comunitária dentro do CH; treinamentos em educação financeira para manejo do orçamento familiar frente aos novos gastos condominiais (populações em risco não pagam nada pela nova moradia, assumem apenas custos condominiais que no Colinas de Gramame foi definido em R\$ 30,00 – ver capítulo gestão Condominial), entre outros relacionados ao tema. Quanto a serviços urbanos, serão bastante superiores aos que a</p>

	população Capadócia e Tijolinho tinham acesso em área de origem. (ver capítulo descrevendo o empreendimento e seu entorno) .
<p>Análisis del Riesgo de Empobrecimiento . Cuando la información de base indique que un número importante de las personas que se reasentarán pertenecen a grupos marginales o de bajos ingresos, se prestará especial consideración al riesgo de empobrecimiento que enfrentarán como consecuencia del reasentamiento debido a: i) la pérdida de vivienda, tierras, acceso a propiedad común u otros derechos a bienes raíces, debido a la falta de titulación transparente, presiones económicas u otros factores; ii) la pérdida de empleo; iii) la pérdida de acceso a los medios de producción; iv) la inseguridad alimentaria y el aumento de la morbilidad y mortalidad; v) la desarticulación de las redes sociales; y vi) la pérdida del acceso a la educación.</p>	<p>Entendo que não ocorrerá empobrecimento da população pelas seguintes razões (i) acesso à moradia regularizada; (ii) perda de emprego necessário considerar que a população já realocizadas para o Bloco XI apresentava, em área de origem, 20% de chefes de família sem nenhum rendimento sobrevivendo graças a benefícios sociais como o bolsa família. 70% das famílias com rendimento conseguiam sobreviver com renda de até um salário mínimo.</p> <p>Essa situação deriva de elementos estruturais do sistema econômico brasileiro (exclusão) e não de processos de reassentamento. As ações do TTS, na fase pós traslado estão voltadas à melhoria da renda familiar. É necessário, porém, entender as limitações estruturais para criar e sustentar novos postos de trabalho no país. A aposta, no caso é incentivar o empreendedorismo e para isso é preciso capacitação das pessoas, o que está sendo feito no pós ocupação do Residencial Colinas de Gramame.</p> <p>(vi) considero que não ocorreram perdas do acesso à educação. Verifiquei que as pessoas em idade escolar transferidas para o Bloco XI estão inseridas em escolas do entorno. Inclusive crianças em idade pre escolar, em creches disponíveis no entorno. Quanto à população que vira para os Blocos X a I, elas não provocarão pressão nas escolas do entorno uma vez que estará concluída em XXXXX instalação de escola no interior do Conjunto Colinas de Gramame, com capacidade de atendimento para nove mil alunos, aí incluídas atendimento de creche para crianças em idade pré escolar.</p>
<p>Participación de la Comunidad . El plan de reasentamiento incluirá los resultados de las consultas que se realicen de una manera oportuna y socioculturalmente adecuada con una muestra de personas representativas de las comunidades desplazadas y receptoras. Durante la etapa de diseño, se realizarán consultas que continuarán durante la ejecución y el seguimiento del plan, ya sea de manera directa o por la vía de instituciones representativas y organizaciones de la comunidad. Se identificarán con cuidado los subgrupos más vulnerables para asegurar que sus intereses están debidamente representados en el proceso.</p>	<p>O envolvimento das partes interessadas bem como reuniões de informação e consulta ocorrem em todo o ciclo do processo de realocização para o CH Colinas de Gramame. Comprovação incluída no capítulo 2 deste documento com fotos e atas. Apenas essas atividades não estão organizadas conforme um Plano de Consulta que o Banco costuma receber.</p> <p>Ver também Plano de Consulta incluído como primeiro capítulo do Dossiê de Consulta registrando os primeiros eventos de consulta e envolvimento das partes interessadas.</p>

<p>Marco Jurídico e Institucional . En el plan de reasentamiento se deberá identificar el entorno jurídico e institucional en cuyo marco se aplicarán las medidas de indemnización y rehabilitación. El primer paso que se debe dar al elaborar el conjunto de medidas de indemnización y rehabilitación consistirá en determinar los derechos de las personas afectadas en el marco de las leyes y normas aplicables.</p> <p>Medio Ambiente. Los planes de reasentamiento deberán tomar en cuenta las consideraciones ambientales para prevenir o aliviar los efectos causados por el desarrollo de infraestructura, la mayor densidad demográfica del área receptora o la demanda excesiva de recursos naturales y las presiones sobre zonas ecológicamente vulnerables. Cuando la magnitud del componente de reasentamiento o la naturaleza de las zonas afectadas así lo requiera, para cada uno de los lugares de reubicación propuestos se realizará una evaluación del impacto ambiental, incluida la capacidad de sustento y efectos socioeconómicos en la comunidad receptora y el plan de ordenación ambiental se incluirá en el plan de reasentamiento.</p>	<p>Os direitos das pessoas realocizadas para o CH Colinas de Gramame são definidos pelo Ministerio das Cidades/ Programa Minha Casa Minha Vida (ver capítulo 2 deste documento).</p> <p>Considerações ambientais – Todo projeto financiado pela CAIXA, como é o caso do Colinas de Gramame deve cumprir com os tramites de licenciamento ambiental.</p> <p>Não se aplicam as demais considerações sobre o tema.</p> <p>Adicionalmente ESG promoveu, recentemente, realização de um RAA para cada um dos projetos de contrapartida, e portanto que as demandas socioeconômicas da OP 710 com relação ao tema serão cumpridas.</p>
<p>Seguimiento y Evaluación . El componente de reasentamiento de una operación debe estar cubierto completa y específicamente en los informes de progreso del proyecto</p>	<p>Faz parte das exigências da CAIXA apresentação de relatórios de todas as ações realizadas tanto no pre como no pós traslado. Esses relatórios denominados Relatórios de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social - RATS, são apresentados à CAIXA mensalmente e com todos os documentos de registro/sistematização das atividades desenvolvidas: Atas; Listas de presença; Fotos das reuniões/cursos/hora do lanches, palestrantes, etc., Material didático e de comunicação, convite, certificados, folders, etc. e Detalhamento/quantitativos dos materiais/lanches utilizados.</p> <p>Esses elementos foram usados na composição do capítulo 2 do presente documento, onde constam registros dos RATS</p>
<p>Cronograma. Se deberá preparar un plan de reasentamiento preliminar como parte de la evaluación del impacto ambiental y social (EIA). <u>Este plan incluirá un proceso significativo de consulta con la población afectada</u> y deberá ser parte del EIA antes de que se realice la misión de análisis.</p>	<p>Ver Dossiê de Consulta dos projetos de contrapartida</p>
<p>CONCLUSÃO. À LUZ DOS DADOS, FATOS E FOTOS RECOLHIDOS NA ELABORAÇÃO DESTE PERR , CONSIDERO QUE A PREPARAÇÃO , IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DO RESIDENCIAL COLINAS DE GRAMAME ESTÁ EM SINTONIA COM A OP 710. Marília Scombatti, Abril de 2017.</p>	

Consulta e Envolvimento das Partes Interessadas Programa de.

ANEXO

**Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável
de João Pessoa (BRL)
Projetos habitacionais oferecidos em contrapartida**

**COLINAS DE
GRAMAME**

Apresentação

O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID entende que a participação pública é um elemento essencial para a implementação de projetos por ele financiados. Dessa forma, durante a análise dos projetos propostos, o Banco dá especial atenção à avaliação da adequação e integridade do envolvimento das partes interessadas durante a sua preparação. Assim sendo, a realização de consultas, bem como o envolvimento das partes afetadas pelos projetos, consta das políticas de salvaguardas ambientais e sociais do Banco.

Como parte do Programa de Desenvolvimento Integrado de Joao Pessoa o Banco aceitará como contrapartida da Prefeitura de Joao Pessoa, três Conjuntos Habitacionais (CHs) que estão sendo construídos com financiamento da Caixa Econômica Federal – CAIXA, com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Considerando que qualquer projeto incluído em um programa do Banco deve cumprir com suas políticas de salvaguardas ambientais e sociais, é necessário realizar uma consulta com as partes afetadas, e desenvolver outras atividades e mecanismos de consulta e participação da comunidade, como parte do processo de análise ambiental e social para o Programa.

O objetivo dessas atividades e mecanismos é assegurar que todas as pessoas afetadas estejam plena e adequadamente informadas sobre os potenciais impactos de cada Conjunto Habitacional proposto, incluindo impactos positivos e negativos, diretos e indiretos. Por isso, este Plano de Consulta e Envolvimento das Partes Interessadas para os Conjuntos Habitacionais do Programa de Desenvolvimento Integrado de Joao Pessoa foi desenvolvido para os três CHs propostos como contrapartida: CH Residencial Vista Alegre; CH Residencial Colinas de Gramame e CH Saturnino de Brito.

Este documento, formatado pela socióloga Marilia Scombatti contém: (i) Plano de Consulta,. (ii) Atas, Fotos, e Lista de Presença, das consultas realizadas para cada um dos projetos de contrapartida.

Convém salientar que o documento está em versão preliminar. Ainda que as falas dos participantes das consultas bem como as fotos e lista de presença não poderão ser alteradas, é possível que ocorram sugestões de ESG com relação à estrutura do documento, levando assim a uma reformatação do mesmo após comentários que deverão ser realizados durante a missão de análise que se realizará nos dias 10 a 13 de abril de 2017.

INTRODUÇÃO

- SÍNTESE DO PROGRAMA

Trata-se de um Programa multisetorial de múltiplas obras, cujo objetivo geral é promover a sustentabilidade urbana de João Pessoa por meio da melhoria urbana, econômica e de gestão municipal. Os objetivos específicos relacionados com as obras de infraestrutura são diminuir áreas de urbanização precária, reduzir o déficit habitacional e modernizar os instrumentos de planejamento urbano. Os demais objetivos são de caráter institucional e não têm implicações ambientais e sociais, como por exemplo, promover a capacitação para o trabalho, ampliar a geração de emprego por meio de alianças institucionais e com o setor privado, e modernizar a gestão/administração pública e fiscal.

Os projetos propostos incluem recuperação de áreas de várzeas, como no Complexo Beira Rio, remediação de áreas contaminadas, como no Lixão do Roger, e habitações populares do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Embora todas sejam obras que trarão grandes impactos positivos para a população afetada e para os bairros onde se inserem, implicam em remanejamento e /ou reassentamento de famílias, ações que devem ser realizadas em conformidade com as políticas de salvaguardas ambientais e sociais do Banco, para evitar impactos negativos significativos e permanentes. Os projetos da amostra são Conjuntos Habitacionais do PMCMV que a Prefeitura de João Pessoa está oferecendo como contrapartida.

Em termos sociais, os impactos positivos se refletem na provisão de moradias dignas e adequadas para as famílias beneficiárias do PMCMV e para aquelas originárias de moradias precárias e insalubres localizadas em áreas de risco ou áreas irregulares. Além disso, as famílias afetadas também se beneficiarão de novas oportunidades econômicas proporcionadas pelos projetos do Programa e pela revitalização econômica dos bairros beneficiados.

No entanto, durante a execução das obras deverão haver impactos negativos, ambientais e sociais, entre os quais os mais prováveis são: aumento da poluição atmosférica por poeiras e partículas; e possibilidade de contaminação do solo e do lençol freático por efluentes líquidos domésticos, e por eventuais derrames de lubrificantes e outros óleos; aumento de ruídos; aumento de tráfego de veículos pesados e consequentemente maiores riscos de acidentes entre veículos e pedestres; e riscos de acidentes de trabalho com operários, entre outros. Esses impactos serão temporários, reversíveis e passíveis de mitigação com medidas

⁴ A consultora agradece a colaboração de Elizabeth Brito / ESG por suas orientações.

standards, as quais estarão consolidadas no Plano de Gestão Ambiental do Programa (PGAS) e no Plano de Controle Ambiental das Obras (PCAO), específicos para cada projeto. Além disso, haverá ainda um PGAS para o programa como um todo (Marco de Gestão Ambiental e Social – MGAS).

No caso dos Conjuntos Habitacionais oferecidos em contrapartida, as famílias beneficiadas serão em sua maioria aquelas que voluntariamente se inscreveram no Cadastro Único construído pela Secretaria Municipal da Habitação (SEM HAB-PMJP), em parceria com a Caixa Econômica Federal (PMCMV). Uma pequena parte das unidades habitacionais em cada conjunto é reservada para o reassentamento de famílias em situações de risco (áreas inundáveis, sujeitas a deslizamentos, vítimas de violência doméstica, entre outras) e são designadas pela Defesa Civil e/ou pelo Ministério Público. Os impactos negativos dos remanejamentos, ainda quando voluntários, podem incluir a perda das redes de apoio social, maiores dificuldades para acesso ao trabalho, a escolas, a serviços de saúde, etc... Para evitar e mitigar esses impactos, serão implementados um Plano Diretor de Reassentamento (PDR) para o programa como um todo, e Planos Específicos de Reassentamento (PERs) e programas de recomposição dos meios de vida, para cada Conjunto Habitacional, em conformidade com a OP-710 do Banco e os requerimentos do Trabalho Técnico Social (TTS) pós-ocupação estabelecidos no PMCMV.

- OBJETIVO

O presente Plano visa estabelecer as diretrizes e princípios para a realização das consultas públicas referentes a cada um dos Conjuntos Habitacionais do PMCMV oferecidos como contrapartida pela Prefeitura de João Pessoa, identificando os grupos e setores que irão participar das consultas, os princípios gestores das mesmas, os locais previstos para sua realização, os mecanismos de divulgação e disponibilização de documentos pertinentes, a forma de registro e atendimento das demandas advindas das partes interessadas, e mecanismos de avaliação.

- PRINCIPIOS

Seguindo as guias e diretrizes do Banco, as consultas serão consistentes com os seguintes princípios:

O primeiro passo para um processo de consulta efetivo e representativo é a identificação dos diferentes grupos interessados e afetados pela proposta. No caso dos Conjuntos Habitacionais em pauta, entre as pessoas afetadas encontram-se não somente aqueles futuros moradores/beneficiários do PMCMV, além de lideranças comunitárias e do Orçamento Participativo.

Será assegurado as famílias e os representantes da comunidades envolvidos com o processo do reassentamento nos CHs oferecidos em contrapartida reflitam adequadamente os interesses das partes envolvidas.

- Mecanismos e métodos

Os mecanismos de participação e consulta devem ser concebidos para ser socioculturalmente apropriados, de acordo com os diferentes grupos de interesse e devem permitir a plena expressão de opinião.

Para cada consulta haverá um profissional responsável pela elaboração da Ata da Reunião, com conhecimento dos projetos e capacidade para sistematizar as discussões e questões apresentadas pelos participantes e para tirar fotos do evento.

- DIVULGACAO

As pessoas serão convidadas uma semana antes da data de realização do evento através de redes sociais (watsap). O uso desse expediente está consagrado entre as pessoas já realocizadas para os CH e entre aquelas que ainda está por vir.. Não é mais possível, hoje em dia, declinar das redes sociais para mobilização da sociedade. O meio é também utilizado para comunicações entre a SEMHAB e os Beneficiários de Conjuntos Habitacionais.

Poderão ser disponibilizados no site da Secretaria de Habitação (www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/habitacao), do Município de Joao Pessoa, os seguintes documentos:

- Os Relatórios das Consultas (Dossiê de Consulta)
- Plano Especifico de Reassentamento e Relocação (PERR) para cada CH, quando estiver disponível sua versão final.

Ressalta-se que os documentos supracitados também estarão disponíveis em meio físico nas

Na SEMHAB.

- Continuidade no processo de participação

Embora este Plano tenha sido concebido como parte dos processos de análise ambiental e social do Projeto, o BID entende que a participação deve ser um envolvimento contínuo dos principais grupos de partes interessadas. Portanto, além da consulta pública, devem ser previstos outros mecanismos para permitir um diálogo constante entre as comunidades afetadas, o órgão responsável pelos Conjuntos Habitacionais, e o Banco, durante a execução do Programa.

Um dos mecanismos de consulta e participação que poderão ser utilizados são os mecanismos existentes na Caixa para a gestão de queixas e reclamações, especificamente os programas de “Ouvidoria” (http://www1.caixa.gov.br/ouvidoria/defesa_consumidor.asp), “Fale Conosco” (<http://fale-conosco.caixa.gov.br/wps/portal/faleconosco/home/formulario/reclamacoes>), e o mais recente (criado em março de 2013), o programa “De Olho na Qualidade” (<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/de-olho-na-qualidade/Paginas/default.aspx>). A Semhab também possui uma Ouvidoria (http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/categoria/ouvidoria_demandas).

Outros mecanismos poderão ser propostos para fornecer o contato direto das populações afetadas com o Banco e o Projeto, como, por exemplo, a participação ativa de alguns representantes dos moradores dos CH no sistema de monitoramento e acompanhamento do processo de mudança e pós-ocupação.

- PARTES INTERESSADAS

Entende-se que na primeira consulta deverá ser dada ênfase no envolvimento dos beneficiários os beneficiários e eventualmente lideranças do entorno vinculadas indiretamente ao processo de realocização. Assim, os convites serão direcionados para cada um dos beneficiários e lideranças do entorno. Nos casos em que a população já tenha sido realocizadas (CH Vista Alegre) serão envolvidas lideranças surgidas após a realocização.

- ABRANGÊNCIA DA CONSULTA PÚBLICA

A Consulta Pública será conduzida pelo técnicos da SEMHAB (Caio Silva e Silva e Joelma Medeiros), contando com a presença da consultora do BID que auxiliará na preparação dos eventos.

Para cada CH haverá uma consulta específica, no bairro onde o mesmo será implantado.

- RECURSOS

Os recursos para realização do evento (espaço para reuniões, materiais, etc.), impressão de documentos, equipamento de áudio visual, divulgação de informações e trabalho de mídia, registro fotográfico dos eventos, entre outros.) serão de responsabilidade da SEMHAB.

CALENDARIO DAS CONSULTAS

As Consultas com as Partes Afetadas ocorrerão segundo o calendário abaixo:

Conjunto Habitacional Colinas de Gramame	15/03/2017	Local CEO do Bairro Colinas de Gramame	Hora: das 9 ao meio dia
---	------------	---	----------------------------

- REGISTROS

As consultas serão transmitidas no local por meio de equipamentos de áudio visual e haverá o devido registro fotográfico das mesmas.

As exposições, manifestações, questionamentos e sugestões durante as consultas públicas serão registradas com os nomes, telefone, e e-mail dos participantes, para que posteriormente a equipe da SEMHAB (Caio Silva e Silva e Joelma Medeiros), que foram expositores das consultas atendam no que for pertinente, comunicando resposta aos manifestantes. Sempre que possível este feed back deverá ser dado na própria reunião. Salvo aqueles que para serem fornecidos dependem de decisões superiores não presentes no evento.

- AVALIACAO

Para exame de ESG serão enviados Relatórios das consultas com os seguintes indicadores: número de participantes; segmentos sociais presentes; manifestação dos presentes (questões e preocupações expressas), fotos e lista de presença do evento.

Colinas de Gramame

As pessoas foram convidadas uma semana antes da data de realização do evento através de redes sociais (watsap). O uso desse expediente está consagrado entre as pessoas da comunidade. Aliás, como em todo o restante do país. Não é mais possível, hoje em dia, declinar das redes sociais para mobilização da sociedade. O meio é também utilizado para comunicações entre a SEMHAB e os beneficiários do Residencial Saturnino de Brito.

Colinas de Gramame

Convites por watsap quatro dias antes e reforçado na véspera do evento. Compareceram 123 pessoas beneficiadas com uma unidade habitacional no Ch Colinas de Gramame, conforme atesta lista de presença assinada pelos presentes.

ATA DA CONSULTA PÚBLICA RESIDENCIAL COLINAS DE GRAMAME

Ao décimo quinto dia do mês de março do ano de dois mil e dezessete, deu-se início a Consulta Pública junto aos beneficiários do Residencial Colinas de Gramame, evento ocorrido no Centro de Esportes e Artes Unificado, localizado na Avenida Perimetral Sul, sem número, bairro Colinas do Sul. Joelma Medeiros, funcionária da Secretaria de Habitação, iniciou a Consulta enfatizando a importância dessa etapa do processo, uma vez que, através do evento, a real situação dos beneficiários seria exposta, e o trabalho social poderia se empenhar mais para sanar possíveis problemas. Feita essa breve introdução, Joelma ressaltou, mais uma vez, a importância da participação de todos, explicando para o público que o trabalho, sendo feito em conjunto, é sempre mais eficiente. Então, prosseguiu com uma fala para instigar o público a participar, indo à frente, pegando o microfone e relatando a história de cada um. Assim, reforçou que o objetivo da Consulta era, exatamente, escutar o que cada um tinha para falar, seja da realidade atual, seja da expectativa que cada um tinha em torno do recebimento da sua habitação e futuro trabalho a ser desenvolvido pela equipe do serviço social. Desse modo, seguimos para a etapa seguinte do processo, de extrema importância, com ampla participação do público alvo.

A primeira fala foi da beneficiária **Maria Aparecida de Andrade** que, bastante emocionada, relatou que sua única renda era a advinda do Programa Bolsa Família. Em seguida, disse que sua situação era muito difícil, por ter uma filha sem pai. Assim, ainda mais emocionada, disse para todos que seu único sonho era ter a sua casa, onde poderia morar em paz com sua filha. Uma fala breve, porém, muito forte no quesito emoção.

Na sequência, Joelma agradeceu a importante participação de Maria e passou o microfone para a próxima participante que pediu fala, chamada **Natália Silva**. Natália, assim como Maria, iniciou seu relato com sentimento. Relatou para todos ali presente que morava de favor, pois a situação da sua família estava precária, já que seu marido estava desempregado. Ela expôs que a única renda era a do Programa Bolsa Família, constituindo um montante muito inferior para sustentar o casal e o filho. Falou que seu maior sonho era ter a sua casa, para dar uma vida melhor ao seu filho. Joselma, mais uma vez, agradeceu a participação da beneficiária, se mostrando bastante solidária à situação relatada. Em seguida, incentivou o público a participar mais, resultando na próxima fala, da beneficiária **Suênia Gonçalves dos Santos**. Suênia iniciou sua fala relatando que o sonho de toda mulher, mãe, é ter a sua casa. Ela, então, falou para todos que, antes de ir para Ricardo Brindeiro, morou por muito tempo em um quartinho, com seus dois filhos. Dito isso, ela repetiu que o sonho de toda mulher com filhos é ter um lar para abrigá-los. Também muito emocionada, externou sua alegria em ser contemplada pelo Programa, falando que não estava cabendo de tanta felicidade com a notícia dada. Joselma, então, agradeceu a sua fala e abriu o microfone para **Jacilene Souza Medeiros**. Jacilene falou que mora na Comunidade São Lucas, no Cristo. Disse que morava na casa da sua sogra, com o marido e os três filhos do casal. Todavia, enfatizou que todos eles dormiam no chão da sala dessa casa. Disse, também, que estava ansiosa atrás de emprego. Ressaltou que estava tentando achar uma faxina em casa de família, em qualquer canto, na verdade, qualquer emprego. Então, se manifestou dizendo que estava tudo muito difícil, pois não encontrava nada para trabalhar. Finalizou sua fala enfatizando que estava ansiosa a espera desse apartamento e, com muita emoção, falou que tinha certeza que seu sonho da

casa própria iria chegar, pois ela tinha muita fé e estava tudo entregue nas mãos de Deus. Posteriormente, Joelma entrevistou para deixar claro que o Programa chegou justamente para atender a essas pessoas, dentro das condições ora citadas. Assim, voltou-se para o público e disse que eles todos tinham legitimidade para tornarem-se beneficiários do referido Programa. Em seguida, mais uma vez, Joelma incentivava por mais participação, fazendo com que mais uma beneficiária se levantasse e caminhasse para frente do público. Seu nome **Rusinete Soares**. A beneficiária iniciou sua fala ressaltando que também morava de aluguel. Em seguida, relatou que morava sozinha, ao passo que sua família morava próximo a Sapé. Detalhou sua realidade falando que decidiu vir morar em João Pessoa sozinha, passando a morar com a sua tia. Adentrando mais ainda na sua realidade, relatou para todos que era portadora de uma deficiência física, por ter sofrido um acidente há 12 anos. Em seguida, mostrou-se bastante indignada com as pessoas que são contempladas com o Programa e, em seguida, vendem a sua casa. A beneficiária, ressaltou que todos ali presentes estão em busca de um sonho, muitas vezes, do maior sonho das suas vidas. Então, causou reflexão nos participantes ao chamar atenção para o fato de que uma pessoa, beneficiária do programa, ou seja, que não tinha onde morar, não poderia, jamais, vender a sua casa. Ora, como iriam vender se não têm onde morar! Dando sequência a sua fala, relatou que era estudante de Direito e que pagava trezentos reais de aluguel. Entretanto, deixou claro que o fato de ser estudante de Direito não a tornava diferente de todos ali presente. Em seguida, tocou em pontos referentes à sua condição de saúde. Desse modo, enfatizou que um dos seus medicamentos custava, isoladamente, um mil e duzentos reais. Assim, chamou a atenção para o fato de que esse valor era referente a apenas um dos medicamentos. Devido ao acidente, ela necessitava tomar uma quantidade significativa de medicamentos. Por conseguinte, ressaltou que o governo vinha bancando os seus medicamentos, uma vez que ela não tinha a menor condição de custeá-los. Rusinete encerrou sua fala dando o seguinte recado aos participantes: não vendam as casas de vocês por dinheiro algum! Conheço pessoas que compraram casas desse Programa por oito mil reais. Ora, se eu tivesse oito mil reais eu não estaria nessa fila de espera por tanto tempo. Eu espero por essa casa faz muito tempo. Desse modo, jamais venderia minha casa por esse valor. Oito mil reais não compram os meus doze anos de espera. Ao fim do recado, Rusinete foi bastante aplaudida por todos ali presente. Diante da fala da Rusinete, Joelma entrevistou para explicar a importância de o trabalho social ser contínuo, tendo iniciado na etapa anterior, e se prolongando durante todo o processo de espera. Inclusive, explicou que o trabalho seria estendido para o período pós entrega da habitação. Em seguida intervenção, Joelma abre o microfone para manifestação pedida por **Vanessa Veríssimo**, mais uma beneficiária do Programa, inicia sua fala agradecendo a Deus por estar na lista de beneficiários. Relatou que estava no trabalho quando recebeu a ligação informando que ela havia sido contemplada. Contou que começou a chorar ali mesmo, no ambiente de trabalho. Disse que, pelo fato de pagar aluguel e as demais obrigações, muitas vezes não sobrava nada para comprar alimentação para os filhos, o que a deixava bastante triste. Assim, expôs que só tinha a agradecer ao ser contemplada, dando a oportunidade de falar: eu tenho uma casa. Do mesmo modo, meus filhos também poderão falar: temos um lar! Na sequência, Joelma abre a fala para mais uma beneficiária. É aí que **Ivanda Tomás da Silva** inicia seu relato dizendo como era difícil externar o tamanho da sua felicidade ao ser contemplada. Ivanda seguiu, muito emocionada, falando que quase desmaia ao receber a notícia, e que não sabia nem o que dizer a respeito de tamanha felicidade. Assim, expressou: Graças a Deus terei a minha casa! Então, começou a detalhar que morava com a sua mãe, num terreno de ocupação. Aproveitou para dizer que, caso retirem a sua mãe da ocupação, vai levá-la junto para a nova casa. Finalizou ressaltando que só tem a agradecer. A fala de Ivanda foi seguida pela fala de mais uma

beneficiária, chamada **Uisla Cristian**. Uisla ressaltou que morava em Mangabeira Oito, com seus dois filhos pequenos. Em seguida, agradeceu a Deus por tudo que tinha acontecido na vida dela, principalmente, por ter sido contemplada. Então, chamou a atenção para o fato de que se é muito difícil para um adulto entender a falta de um lar, a dificuldade que esse cenário gera, imaginem para uma criança. Prossegue falando que os filhos, ao chegarem da creche, brincam num chão sujo. Então, a contemplação veio para trazer alegria. Que ela só tinha a agradecer, principalmente pelos filhos. Finalizou dizendo que tudo que ela quer é para dar condições aos filhos. Em seguida, Joelma ressaltou a importância de conhecer mais de perto essa realidade ali exposta. Nesse contexto, ela disse que as informações acerca da realidade de cada um que eles tinham eram as passadas no momento do preenchimento do formulário. Então, esse acompanhamento, através da Consulta, era de extrema importância, justamente para saber se a realidade previamente descrita no momento do cadastro condizia com a que estava sendo relatada naquele momento. Aproveitou para registrar que, no município de João Pessoa, apenas 10% das habitações eram ocupadas por moradores diferentes do que constava no cadastro inicial. Ou seja, essas pessoas venderam suas casas. Aqui, ela aproveita para insistir e instruir os beneficiários a não venderem, alugarem, trocarem as suas casas. Que eles devem morar nas casas. Assim, a pessoa com o nome no cadastro deve ser, exatamente, a que vai residir; que vai fazer uso da política de habitação. Reforçou, então, que essa conversa será mantida durante as demais reuniões, para uma maior conscientização por parte dos beneficiários. Aproveitou para ressaltar que todos os beneficiários do Programa, aqui em João Pessoa, terão seus nomes num cadastro nacional. Ou seja, caso alguém queira mudar de vida, indo morar em São Paulo, e pense em adquirir uma casa fazendo uso do Programa lá, essa pessoa não vai conseguir, justamente pelo fato de que o nome, já estando no cadastro, geraria um choque e impossibilitaria uma nova aquisição. Joelma, então, dá sequência a sua fala explicando que todos ali foram contemplados por estarem numa moradia em situação de risco ou vulnerabilidade. Assim, precisam entender que estão firmando um compromisso, e que, parte dele, é justamente não fazer uso do imóvel que não para própria moradia. Assim, reforça, mais uma vez, que o beneficiário, junto a sua família, precisa residir no imóvel. Expõe, ainda, que terá um plantão social trinta dias após a entrega das casas, no qual a equipe visitará cada uma das casas para saber, para ter a confirmação, de que o beneficiário cadastrado é quem está a residir na moradia. Por fim, nesse momento, ressaltou que a equipe irá sempre passar para os beneficiários como serão essas etapas futuras. Joelma prossegue lembrando que a Consulta tem o objetivo de escutar a população, de saber qual a realidade nessa fase específica de espera e, mais que isso, saber da expectativa que cada um tem para o futuro. Explica a necessidade de saber como os beneficiários estão encarando esse momento e pensando a respeito do momento posterior, da entrega das chaves. Então, lança a reflexão para o público: “como vocês imaginam que será uma vez habitando a sua casa nova?”. Vai ainda além, perguntando: “Quem de vocês sairá de uma casa para um apartamento?”. Sobre esse ponto, em específico, chama atenção para o fato de que é uma mudança que exige adaptação, que exige atenção a outras normas. Segue dizendo que sair de uma ocupação para um apartamento também é bem diferente. Por fim, antes de reabrir o microfone para os beneficiários, ressaltou um ponto de grande relevância para esse momento de transição, ao instruir o público de que algumas taxas serão cobradas quando em posse da nova casa. Explicou que terá taxa de esgoto, de lixo, de condomínio, etc. Chamou atenção para o fato de que, antes, eles não pagavam essas taxas e, assim, ressaltou que eles irão precisar assumir esse compromisso, honrando com essas taxas. Assim, lançou mais um questionamento, instigando o público a falar sobre como estão pensando e como imaginam esse novo momento, a nova realidade que está por vir. “Quem gostaria de usar a palavra?”, pergunta Joelma. **Rusinete Soares**

participa mais uma vez da Consulta, falando para o pessoal presente que espera ansiosa pela casa tanto porque gosta de fazer novas amizades, desde a pessoa do zelador até o gerente, quanto porque tem em mente deixar o apartamento como uma boneca. Arrumando ele todinho! Deixando Lindo! Então, reporta, mais uma vez, para suas condições físicas pós-acidente, ressaltando que não tem a mesma liberdade que os demais beneficiários ali presente. Contou ao pessoal que suas limitações dificultam a limpeza de uma casa, a lavagem de uma roupa, justamente pelo fato de só tem mobilidade em um dos seus braços. Aqui, ela enfatiza o quão difícil foi para ela enfrentar a realidade do acidente. Mas que, mesmo com essas adversidades, irá cuidar muito bem da sua casa, quando receber, pois ele virá depois de muita luta. Aproveitou para tocar mais uma vez no ponto de que ninguém deve vender a casa, depois de tanta luta para conquistá-la. Disse, mais uma vez, que quer deixar o apartamento como uma boneca e que, para isso, precisará pedir ajuda aos vizinhos e amigos. Que, hoje, ela estuda, mas pede ajuda a amiga para lavar sua roupa na casa dela. Finalizando passando para o público uma questão que a deixa bastante triste. Disse que muita gente já questionou quando ela pega uma ficha preferencial. Que, até no fórum, lugar que todos deveriam ter melhor consciência dos deveres e direitos, eles questionam isso. Ela disse que já teve que perguntar para as pessoas: “Vocês não estão vendo não que sou portadora de deficiência?”. Também, pensam que sou inútil, ela disse. Por causa da minha deficiência, acham que não sei fazer nada. Encerra falando que as pessoas deficientes não são inúteis. Ao fim da fala de Rusinete, Joelma aproveita a situação relatava para expor um fator importante, de caráter social, do Programa. Joelma fala para o público que três por cento das moradias do Programa são destinadas a pessoas com deficiência, e outros três por cento para idosos. Segue com a Consulta convidando mais um beneficiário para falar. Dessa vez, **Dona Maria dos Anjos Pereira de Lima** é quem se pronuncia, contando para todos que mora na casa dos outros, com seus seis filhos. Emocionada, fala que está muito feliz em ganhar esse apartamento. Então, contou que, quando sua filha era viva, ela recebia benefícios e morava de aluguel. Depois disso, quando perdeu o auxílio, uma patroa dela deixou que ela morasse com ela, enquanto esperava o recebimento do apartamento. Dona Maria conta que essa patroa sugeriu que, quando ela recebesse o apartamento, ela poderia vendê-lo e continuar a morar na casa dela. Foi aí que Dona Maria disse: “Eu não vendo de jeito nenhum. Na cama, quando deito para dormir, todo dia, meu sonho é ver meu filho dormindo numa casa boa, sem goteira”. Continuou falando sobre as cartinhas que os filhos trazem da escola, com desenhos da família numa casa. Prossegue falando, mais uma vez, da sua felicidade em ser contemplada, pois não aguenta mais morar na casa dos outros, de favor. Finaliza dizendo que tem muita fé e que irá conseguir. Que, se chegou até essa fase, é porque Deus sabe o que ela fez e o que ela merece. Em seguida, Joelma agradece a fala e passa a palavra para **Viviane Marino Correia**, que se apresenta como moradora do Acampamento Ricardo Brindeiro e que sua fala vai ser em nome das mulheres. Desse modo, resalta que as mulheres do acampamento sabem da espera que estão passando para, enfim, chegar o dia do recebimento da casa. Relata que, no dia anterior, estava a conversar com outras mulheres e a refletir que cada dia que passa é um dia a menos de espera. Então, diz que todas querem morar no apartamento, justamente para que os filhos morem em um lugar agradável. Segue falando que, nesse tempo de chuva – a manhã inteira foi de muita chuva – a moradia é horrível. O que se tem é todo mundo se molhando e muito mosquito. Fala, ainda, que dia de chuva é um monte de água para todo lado, alagando tudo; criança sendo molhada e outras coisas mais. Então, finaliza falando que o sonho de todas as mulheres do acampamento é ter a casa nova, o acompanhamento da prefeitura para oferecer saúde, educação, para contar com a prefeitura e ter escola para levar as crianças. Ter acompanhamento de um posto de saúde que funcione, pois a realidade atual está sendo difícil para todas elas. Fala que o sonho é, quando todas

estiverem nos seus devidos lugares, vão ter acesso a tudo isso. Encerra falando que não só as mulheres, que são as que mais sofrem, mas todo mundo do acampamento. Que todos valorizam muito tudo isso, pois a espera foi de muita luta. Mas que todos irão conseguir a vitória. Ao fim da fala, Joelma retoma o microfone e lança mais uma reflexão, agora, em torno do trabalho social desenvolvido. Assim, pergunta aos beneficiários o que eles acham do trabalho social; o que eles acham que a equipe da Secretaria de Habitação de João Pessoa, que já visitaram eles antes, vai fazer quando cada um estiver na sua casa. Antes de abrir para as respostas, ressaltou que uma Comissão de Moradores iria ser criada, tão logo fossem transferidos para o local. Então, enfatizou a necessidade de que o público participasse, falando suas experiências e expectativas. Falando da importância deles terem direito a voz. Então, prosseguiu perguntando quem gostaria de falar sobre o trabalho social desenvolvido, das várias reuniões que já tiveram, da visita com eles ao Ministério Público. Antes de abrir as falas, um dos beneficiários falou, da cadeira que estava sentado mesmo, sem microfones: “Eu queria conhecer os apartamentos. Ainda não conheço!” Então, Joelma respondeu que eles vão conhecer. Que não se preocupassem. Na sequência, Joelma passa o microfone para a fala de **Paula Marinho**. Paula inicia falando que é operadora de telemarketing e morava com seus três filhos numa casa atrás do Ginásio do evento. Ela falou que a casa era do pai dela, mas que, sim, ela pagava aluguel. Ela explica que, na verdade, a casa é da avó dela. Então, explicou que, como a avó mora com o pai e a mãe dela em outra casa, que pagam aluguel, ela precisa pagar o aluguel dessa casa que ela mora para que eles consigam pagar o aluguel da que eles moram (muito choro). Então, Paula seguiu, após se acalmar um pouco, falando que, como precisa pagar o aluguel, muitas vezes não sobra quase nada para ela comprar a feira dos filhos, um com nove anos, outro com seis e outro com quatro. Segue falando que, quem é mãe, sabe a importância de ter uma casa para seus filhos. Então, seguiu falando que os filhos dela falam direto coisas do tipo: “mãe, quando vou poder ter o meu quarto?”. Ele segue falando, muito emocionada, que hoje eles dormem no chão. Que, na verdade, todos dormem no chão. Segue falando que o trabalho social desenvolvido é muito importante. Foi além falando que muita gente gosta de dizer: “Ah! Mas eles são pagos para isso!”. Mas aí ela coloca que eles fizeram uma escolha, a escolha de trabalhar com o serviço social. Desse modo, eles estão ali por escolha. Paula dá sequência a sua fala relatando que o seu trabalho, com telemarketing, também é duro. Disse que fica sentada por umas seis horas, com um fone de ouvido, o tempo todo escutando reclamações e, até, levando nomes. Prossegue relatando que já teve depressão por causa do emprego, mas que teve que continuar, pois não tinha outra opção. Enfatizou que precisa trabalhar por causa dos filhos. Então, seguiu falando que, semana passada, não tinha nada para comer em casa. Que sua sorte era que, no trabalho, davam pão e suco; e que os filhos ficam o dia na casa da mãe e comem lá. Então, seguiu contando um episódio que emocionou a todos: falou que, um dia, teve que dividir um Miojo para duas crianças. Disse, ainda, que eles comem bem, graças a Deus. Então, eles falavam: “Ou mãe, só tem isso? Eu quero mais!”. Ela segue falando que não pode pegar o que é do outro. Roubar. Ou seja, tinha que aguentar. Paula, então, fala que, quando a moça da habitação ligou para ela, ela ficou muito emocionada, pois tinha passado a noite anterior orando, pedindo para sair daquela situação. Então, Paula disse que a moça pedia para que ela tivesse calma, e falava para ela que a oração dela tinha sido atendida, que Deus tinha respondido à sua oração. Que o dia dela tinha chegado, o dia da vitória. Paula ainda mostrou-se solidária aos outros presentes, falando que nunca tinha morado em habitação de ocupação, mas que sabia o que eles passavam, por já ter acompanhado algumas situações. Ela falou que já tinha orado muito por pessoas que estavam em habitações assim, de ocupação. Ocupações de invasão, que aparecia até cobras. Então, ela falou que o poder da oração é forte, e que acreditava no esse poder. Prosseguiu falando que já

escutou muita gente que foi contemplada falar que não queria morar nos apartamentos, e que ela sempre alertou para o fato de que essas pessoas não podiam esquecer o que já passaram para chegar nesse momento de contemplação. Finalizou falando que havia visitado uma pessoa que foi contemplada e que ficou com as imagens do apartamento na sua mente. Desde então, ficava sonhando com o seu apartamento mobiliado, que ficava visualizando os filhos nos seus quartos. Encerrou falando que o trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais é lindo, que era lindo elas saírem na chuva para fazer visitas. Que o trabalho era muito importante. Nesse momento, Joelma entrevistou para explicar que o trabalho social, sozinho, não faz milagre. Que ele seria como uma ponte entre os beneficiários e as políticas de educação, de saúde e que, inclusive, eles já estavam intermediando entre as Secretarias e o CRAS para que os beneficiários se inscrevessem para ter acesso aos projetos. Então, seguiu falando que estão com equipes de saúde atendendo dentro do Vista Alegre, e que eles teriam posto de saúde quando recebessem suas casas. Um posto próprio. Continuou falando que não era só receber a moradia, mas que ela tinha que vir com a garantia de outras políticas essenciais, na área de saúde, educação, assim como conseguir políticas para que eles pagassem taxas mais baixas. Ademais, falou que tinha projetos para geração de renda e trabalho, para cursos de capacitação pessoal, e que tudo isso junto compõe o trabalho social desenvolvido junto com as famílias contempladas. Como dito, ressaltou que não bastava ter acesso à habitação, mas que era preciso morar bem, ser feliz no local da moradia, conviver bem com as pessoas, com os vizinhos. Então, explicou ao pessoal que eles iriam ter que aprender a lidar com regras de convivência, como o fato de que, em apartamentos, não poderiam ligar som alto da mesma forma que podiam em uma casa; que não poderiam sapatear nos andares de cima, assim como podem no térreo; que será preciso saber usar os espaços comuns, que poderão, inclusive, fazer aniversários dos filhos. Joelma seguiu falando que uma das partes mais importantes que o trabalho social fará na fase de recebimento das moradias será escutar os beneficiários, saber dos problemas que eles passam e dos que podem surgir nos apartamentos para, inclusive, passar para os construtores responsáveis. Que para o trabalho ter sucesso precisarão seguir de mãos dadas durante todo o processo. Mas que não podem fazer milagre. Que precisam da colaboração de todos, da opinião e participação de todos, para consolidar uma opinião coletiva. Joelma ressaltou que precisa muito da participação de todos.

Finda essa parte de perguntas e participação dos beneficiários, Joelma caminha para finalizar a Consulta agradecendo a presença da equipe da Secretaria de Habitação, da Secretaria de Receita Municipal – SEREM – e da presença da Consultora do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Nesse momento, Joelma chama atenção para a presença da Consultora Marília, em específico falando: “A moça loira ali no canto não é daqui, é de São Paulo”, apontando para Marília. Então, prossegue falando que esse processo todo é parte de uma contrapartida do município para o Banco. Explicou, resumidamente e de maneira bastante acessível aos beneficiários, que o Banco empresta dinheiro ao município para que projetos sejam desenvolvidos e que, como contrapartida, o município também apresenta alguns projetos. Continua falando que a Consultora Marília estava ali presente justamente para escutar queixas e reclamações dos beneficiários, para saber quem são as pessoas que irão receber o auxílio. Joelma explica que, ao escutar a realidade de cada um, a Consultora enxerga, exatamente, quem são as pessoas contempladas com a moradia, a realidade de cada um. Joelma convida a Consultora Marília para uma fala final e a mesma caminha para o microfone sob o aplauso de todos os presentes. **Marília Scombatti** inicia sua fala cumprimentando todos os presentes e agradecendo por terem ido num dia difícil, de muita chuva. Ou seja, com bastante dificuldade de acesso ao local. Segue ressaltando o quão agradecida estava por ver quase todos os beneficiários presentes.

Então, segue dizendo que escutou atentamente o depoimento de cada um, assim como a exposição de Joelma. Assim, enfatizou que acredita que todos os beneficiários estão bem encaminhados, e que os problemas que ainda existem serão solucionados pela Secretaria de Habitação e toda a equipe envolvida no Projeto. Disse, em seguida, que o pessoal envolvido no Projeto era muito experiente, citando, especificamente, Joelma, ao relatar seu empenho e sua capacidade para guiar o Projeto. Em sequência, disse que queria lembrar uma das falas. Assim, disse para o público que os contemplados não devem vender a habitação, de jeito nenhum. Pediu que todos imaginassem a quantidade de pessoas no país, na casa dos milhões, que estavam à espera, na fila, por uma moradia. Que, quem recebe, não pode vender, pois estaria ferindo essas pessoas que tanto esperam. Marília seguiu falando que prestou muita atenção nas falas e nas recomendações de Joelma. E que, mais que isso, fossem felizes. Finalizando chamando atenção para o que Joelma tinha dito, que todos precisavam aprender a conviver com os vizinhos; que aceitem as diferenças, pois todos nós somos diferentes, e que, como Joelma bem disse, não bastava apenas receber uma casa, mas que, acima de tudo, todos tinham que viver feliz, guardar o patrimônio e ser feliz. Encerrou desejando a todos muita felicidade e agradeceu novamente a presença de todos.. Por fim, para finalizar a Consulta, Joelma agradeceu a pertinente fala de Marília e seguiu com os demais agradecimentos. Mais uma vez, agradeceu a presença e participação das Secretarias envolvidas, mas, acima de tudo, ofereceu agradecimentos aos beneficiários, pela presença, por participarem, chorarem, se emocionarem e compartilharem tudo com a equipe. Pediu para que todos ficassem de olho nos telefones, uma vez que todo o contato é via telefone, watsap. Indicou que, caso ocorra a mudança do número, o novo seja imediatamente informado na Habitação. Encerrou pedindo para que quem não tivesse assinado a frequência, assinasse na saída. Informou que toda a equipe da Habitação estava em inteira disposição e desejou um bom dia a todos. Os beneficiários se dirigiram para a saída e a equipe de apoio procedeu com a arrumação do local. Com isso, o processo de Consulta foi devidamente encerrado.

Fotos da Consulta Colinas de Gramame

CONSULTA RESIDENCIAL COLINAS DE GRAMME

DOSSIE FOTOGRAFICO

O Local da Consulta



Apresentação Joelma Medeiros, SEMHAB



Parte II – Manifestação dos presentes







Lista de Presença dos participantes da Consulta Colinas de Gramame

Obs . A lista original ficou nos arquivos da UPP.



PREFEITURA DE
**JOÃO
PESSOA**
PRA VIVER MELHOR

LISTA DE FREQUENCIA REUNIÃO 15/03/2017 - RESIDENCIAL COLINAS DE GRAMAME 6 E 7

NOME	CPF	TELEFONE
André Rodrigo Batista Ribeiro	061.999.024-40	98761-925
Leuzinete Soares dos Santos	468.543.634-90	987332136
Mônica de Paula da Silva	700.094.104-90	98858-363
Rosana Silva Siqueira	029.482.204-67	98872-016
Ellene Nunes de Alencar	010631924-80	98792 0266
Isone Kelly Siqueira de Nascimento Canales	087.084.764-38	98810-460
Silvanete Pereira Gama	97934732472	98793-92-
Mirlla Cristina Ideau de Paiva	110.048.524-44	98673-
Neida Rodrigues Gomes	011748.664-70	98625-5171
Vanessa Venâncio de Paiva	073.125.334-50	98739-3
MARTA ROSA DA SILVA SANTOS	011-025-134-23	98866-14
Priscila de Barros Vitorino	82616213100	9889



PREFEITURA DE
**JOÃO
PESSOA**
PRA VIVER MELHOR

Luciano do Santo Terto	063.873.024-47	98891-06
- Jereza da Silva Fernandes	035.957.584-63	98683-91
Guimã Pereira da Silva	704.709.924-76	98863-868
Wilmara Moura	⁸⁶ 2.673.361	98719-946
Marcos F. Mendes da Souza	442.484.994-82	98677-474
Jackson Oliveira da Silva	085.704.834-14	98838-07
Isanda Tamm da Silva	013.389.124-02	9885791
Geane Lopes de Lima	043.903.994-03	98754-85
Geolândia Alves da Silva	033.422.104.86	98813-98
Paulina Fernandes dos S. Neto	704.710.824.65	98841-68
Liliane S. da Penha	072-858864-36	98791-5
Fernanda Ribeiro da Silva	709.480.164-50	98652-0
Isabelia Raquel de Oliveira	126.627.934-22	98880-3



PREFEITURA DE
**JOÃO
PESSOA**
PRA VIVER MELHOR

Maria Lúci Felicidade da Silva	841.173384-04	98888
Gizelda Costa da Silva	396444.994	9874
Antonio Maria Tenório Barbosa	798699.554 ⁶⁸ -87	98897
Rafael Rosa Medeiros de Moura	727304714-72	988887
Cléia Danielle Araújo da Silva	116.810.224-76	98639-76
Fzaias Laurindo do Nascimento	885965.524-87	98684-6
Elisone Quirino Moura da Sena	087.538.534.66	(83) 9 98
Danelli dos Santos	702.534.274-28	(83) 988
Alexandra Alves Tenório da Silva	074.451.554-81	(83) 9884
Poliana Cristiana Santos da Silva	071-027-794-61	(83) 988
Marina Silveira Costa	314.794-804-87	98818
YASMIM DE FATIMA SANTOS DE OLIVEIRA	728.057.734-70	987280
Georgi Bruno de Araújo Gomes	177.428.764-04	986558
NYEDJA KATHARINE NUNES VITAL	073.184.884-57	(83) 9883
ANTOINETTE ABRANTES DE OLIVEIRA NETO	033 870.614-35/83	9883



PREFEITURA DE
**JOÃO
PESSOA**
PRA VIVER MELHOR

Flávia Leite de Almeida	840.926.294-00	98873-2254
Isadora Aparecida de Almeida	021.233.054-30	98819-3316
Guilherme Augusto Figueira dos Santos	058.821.084-62	99123-5392
Vanessa de B. Campos	017.325.274-58	98700-3095
Alexandre Mendes F. de Silva	097826734-63	98891-5949
Marilene Maria dos Santos	032.905.664-63	98668-3826
Camila Oliveira da Silva	017.827.204-75	98836-7776
Paula Marinho dos Santos	057.717.404-54	98822-3411
X Wátalia Silva Vicente	107.930.799-03	98876-1625
X Luciano dos Santos Cordeiro		98873-1625
X Thawana Adella Araújo	705.900.674-57	98693-2310
X Graça Regina da Silva Santos		98716-4959
Nilene Cavalcanti Alves da Silva	037.768194-64	98777-9680
Georgiana Ferreira Sales da Silva	071.320.674-86	986573951



PREFEITURA DE
**JOÃO
PESSOA**
PRA VIVER MELHOR

1. Julia Alves Miguel	084.115.914-92	98006-794
2. Fernando Gomes Ribeiro Neto.	126.409.354-37	98882-228
3. Maílson Rafael da Silva	704.648.374-75	98715-370
Marina de Roseane Costa Lima	078.308.544-45	98724-989
Marina José Gervásio de Araújo	R6-3.310.714	98859-618
Carolina Cassiano Targino da Silva	100.304.494-80	98623-270
Roberto Gervásio de Souza	090.492.004-60	98758-320
2. Severina Benício de Melo Filho	010.840.064-64	98853-163
4. Luiz Carlos de Nates Santa	031.218.484-02	98890-460
João Gonçalves da Silva	101.933.714-13	98641-420
5. Deise Barbosa Correia	100.749.834-07	98856-941
Adell dos Santos Magalhães	797.531.244-49	98871-581
6. Jefferson Sammy da Silva	099.793.824-22	98895-420
7. Lucilene de Santana Inacio	098.533.474-66	98858-500

IAS/Consulta%20Colinas%20de%20Gama/Lista%20de%20Presença%20Consulta%20pública%20Colinas%20de%20



PREFEITURA DE
**JOÃO
PESSOA**
PRA VIVER MELHOR

Lucileia Salmo de Souza	048.286.914-20	98637991
Luis Alexandrino	768.390.364-72	98239-27
+ Gaby Quinto dos Santos	157.096.308-88	98616881
Robson dos Vencedores	045.728.614-80	98897-209
Quênia G. Santos	114.085.414-32	98860-768
M. Aparecida P. da Silva	116.192.864-24	99887-26
Marcia de Barros Bastos	032.176.734-92	9866454
Margarete de Fátima M. Paula dos Santos	690.871.304-06	98719690
M. Rosimere Martins de Paula	854.551.054-34	98821-75
Marcela da Silva Correia Martins	066.208.834-55	98825-59
Mayara eirara Lima da Silva	103.166.654-01	986710063
Neusa Maria de Lima	132.985.788-78	98664-5
Ana Paula Costa e Silva	059.391.364-78	98746-4
Alcides Emérito Gomes		98664-5



PREFEITURA DE
**JOÃO
PESSOA**
PRA VIVER MELHOR

Paulo Ruteiro Souza de Oliveira	035.038.824-56	86372433
Marcelo Ribeiro de Lima	046.835.554-23	8743-0778
João José Rodrigues de Silva	569.754.064-72	8805825
Pauline Sousa Medeiros	051.573.574-43	986903275
Beiza Lima da Silva	046.201.204-01	98820-795
Marcia das Neves da Silva	218.467.744-20	9883436
Sônia de Tralme da Silva	036.038.414-50	98776-1666
Elisângela da Silva Nunes	011-377-494-07	987083644
NECIA BRISTOL DE OLIVEIRA	031.851.974-70	821895051698
Maria do Socorro Aires de Sousa	043.911.414-42	RG-2849742-8
Antonio Pereira de Saba Junior	079000094-69	98826-8395
Alisson dos Santos Araújo	300.884.3384-90	87512024
Gregorilino R. da Silva	852383474	87107214
Samuel Martins de Nascimento	4.022.588	86266025
Leonardo Martins de Nascimento	3428698	986679845